

ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 12-4-2017.

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Moisés Maluco do Bem, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Rodrigo Maroni. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 062/17 (Processo nº 0737/17), de autoria de Cassiá Carpes; o Projeto de Lei do Legislativo nº 057/17 (Processo nº 0713/17), de autoria de Cláudio Conceição; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 007/17 (Processo nº 0889/17), de autoria de Mônica Leal; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 061/17 (Processo nº 0735/17), de autoria de Paulo Brum. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 048 e 065/17, o Projeto de Lei do Executivo nº 040/16 e os Projetos de Resolução nºs 037/16 e 010/17; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 047/16, 033, 046 e 101/17 e o Projeto de Resolução nº 008/17. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dezoito ao dia vinte de abril do corrente. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Sérgio Augusto Belmonte, representando a Paróquia São Jorge, que discorreu sobre as atividades desenvolvidas pelas pastorais e pelos movimentos da Paróquia junto à comunidade do Bairro Partenon e de outros bairros de Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Matheus Ayres. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Matheus Ayres, Idenir Cecchim, Aldacir Oliboni, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Airto Ferronato, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Rodrigo Maroni manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais sobre o tema em debate, a Sérgio Augusto Belmonte. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e quatro minutos às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento, a tratar da importância do Bannisul para o desenvolvimento econômico de Porto Alegre. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo e Prof. Alex Fraga, presidindo os trabalhos; e

Everton Gimenis, Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região. Após, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 180, § 4º, inciso I, a Everton Gimenis, que se pronunciou sobre o tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, nos termos do artigo 180, § 4º, inciso III, do Regimento, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, Airto Ferronato, Idenir Cecchim, Fernanda Melchionna, Cassiá Carpes, Sofia Cavedon, Aldacir Oliboni, Adeli Sell, André Carus e Márcio Bins Ely. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Airto Ferronato. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e dezoito minutos às dezesseis horas e vinte e um minutos. Em continuidade, foi dada continuidade ao período de COMUNICAÇÕES, hoje também destinado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento, a tratar da divulgação do filme “Central”, produzido por Panda Filmes. Compuseram a Mesa: Prof. Alex Fraga e Rodrigo Maroni, presidindo os trabalhos; e Jorge Luiz de Oliveira Gomes. Após, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 180, § 4º, inciso I, a Jorge Luiz de Oliveira Gomes, que se pronunciou sobre o tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, nos termos do artigo 180, § 4º, inciso III, do Regimento, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, Adeli Sell e Prof. Alex Fraga. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Rodrigo Maroni. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Jorge Luiz de Oliveira Gomes. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e onze minutos às dezessete horas e doze minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Adeli Sell e Reginaldo Pujol. Também, foi registrada a presença de Rodrigo Costa, vereador da Câmara Municipal de Veranópolis – RS. Às dezessete horas e trinta minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Prof. Alex Fraga e Rodrigo Maroni e secretariados por Fernanda Melchionna. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2761/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 040/16, que altera o art. 75 da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, - que estabelece o plano de carreira

dos funcionários da administração centralizada do município; dispõe sobre o plano de pagamentos; e dá outras providências. (**Verba/Representação de Secretário**)

PROC. Nº 0987/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 001/17, que altera a al. a do § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989 – que institui e disciplina o Imposto sobre a Transmissão *Inter-Vivos* (ITBI), por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos – estendendo o prazo para solicitação do parcelamento do imposto até 31 de dezembro de 2022.

PROC. Nº 0590/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 048/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui como Área Especial de Interesse Institucional a área conhecida como Campinho do Calixto, localizada na altura da Estrada dos Batillanos, 666, Bairro Cascata, e determina que nela sejam instalados prioritariamente equipamentos urbanos públicos voltados ao lazer e à cultura.

PROC. Nº 0755/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 065/17, de autoria do Ver. José Freitas, que altera a ementa e o *caput* do art. 1º da Lei nº 8.890, de 9 de abril de 2002, assegurando às pessoas com deficiência física permanente ou momentânea que implique redução da mobilidade, bem como a idosos, obesos, grávidas e pessoas com criança no colo, o embarque nos veículos do serviço de transporte coletivo municipal e o seu desembarque em qualquer local, nas condições que especifica.

PROC. Nº 0922/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor José Maria Rosa Tesheiner.

PROC. Nº 1806/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 037/16, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que concede o Prêmio Tradicionalista Glaucus Saraiva ao Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0570/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 047/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que denomina Beco João Fuhr o logradouro não cadastrado conhecido como Beco Dois – Rua Chrispim Antônio Amado –, localizado no Bairro Lami.

PROC. Nº 0406/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 033/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia do Ballet Clássico no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 30 de março.

PROC. Nº 0944/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 101/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que revoga a Lei nº 8.534, de 26 de junho de 2000 – que dispõe sobre a afixação de mapas da Cidade de Porto Alegre nos postos de gasolina.

PROC. Nº 0856/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/17, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação Brasileira em Defesa dos Usuários de Sistemas de Saúde – Abrasus.

PROC. Nº 0581/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 046/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que cria o Programa Incentivo à Prática de Atividade Física por Pessoas Idosas – PIAFI – no Município de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não há Vereadores inscritos em Pauta, está encerrado o período de Pauta.

A Ver.^a Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 18 a 20 de abril Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Paróquia São Jorge, que tratará de assunto relativo a atividades desenvolvidas pelas pastorais e pelos movimentos da Paróquia junto à comunidade do Bairro Partenon e de outros bairros de Porto Alegre. O Pe. Sérgio Augusto Belmonte está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. SÉRGIO AUGUSTO BELMONTE: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, gostaria de comunicar que os convites oficiais da 64ª Festa de São Jorge foram colocados em cima de suas mesas.

Sr. Presidente, nobres Vereadores e Vereadoras, assessores, funcionários da Casa, pessoas da comunidade, devotos de São Jorge, nossa vinda aqui é uma deferência da Câmara de Vereadores para com aquela igreja dedicada a São Jorge, nesta cidade de Porto Alegre, que está para realizar a 64ª Festa de São Jorge, hoje, o segundo maior evento religioso e cultural desta Cidade. Mais de cem mil pessoas passarão pela nossa igreja numa demonstração de fé impressionante, que, além de tudo, constituiu-se numa festa da paz. Diversas raças, diversas cores, pessoas de diversos lugares da Cidade e de fora da Cidade, de diversos credos, se entrelaçam numa sintonia ecumênica e fraterna capaz de gerar um bem-estar que todos necessitamos. Situada na região leste da Cidade, região esta com características peculiares, quartéis do Exército, da Brigada Militar e da Polícia Rodoviária, presídios, com destaque para o Central, o célebre Hospital São Pedro, delegacias, escolas e a famosa PUC têm também uma vasta área menos desenvolvida e pobre com pessoas carentes de quase tudo, que buscam, na Igreja de São

Jorge, alimentos, roupas, ajuda material de todo tipo, mas que, sobretudo, buscam atenção, carinho e um pouco de esperança para seus dias. Norte e Sul, Leste e Oeste passam e se encontram naquele viaduto que leva o nome do nosso Santo padroeiro, dando um sentido para ele; o encontro das pessoas e uma parada obrigatória para o reabastecimento espiritual. Uma igreja aberta para todos, inclusive modelo de convivência das religiões, porque para ali convergem tantos irmãos que seguem as religiões da matriz afro e de outros credos até. Todos são bem recebidos, aceitos, respeitados e valorizados. Uma vez por semana acontece ali a novena perpétua vitoriosa de São Jorge, às quintas-feiras, em quatro horários: 9h, 12h, 15h e 18h, que reúne ali mais de mil pessoas, o que equivale a dizer que, somando as quintas-feiras, aproximadamente cinco mil pessoas vão à nossa igreja por mês. Alguns dos senhores e das senhoras já estiveram lá e viram um fenômeno religioso em Porto Alegre, que é a devoção a São Jorge. A festa de São Jorge vai se firmando cada vez mais como um fenômeno religioso em Porto Alegre, digno de ser tratado, estudado e incentivado, desse modo, para a construção da paz entre nós. O sonho da Igreja de São Jorge é a construção de um centro social que, com a ajuda de Deus, e esperamos que dos senhores e das senhoras, possamos concretizar. Assim, poderemos atender de modo mais real e eficiente as pessoas, promovendo-as em sua dignidade e dando a elas oportunidades de crescimento. A festa de São Jorge deste ano, em 23 de abril, tem características especiais. Primeiro, estará conosco a imagem peregrina de Aparecida, vinda do Santuário de Aparecida, em São Paulo. Queremos oficialmente celebrar, aqui em Porto Alegre, o jubileu dos 300 anos de Aparecida. Segundo, pela primeira vez, depois da construção e inauguração do Viaduto São Jorge, a missa campal da festa será embaixo do mesmo viaduto, às 10h30min da manhã do dia 23 de abril, depois da procissão, que iniciará às 9h. Terceiro: pela primeira vez – e esperamos que daqui para diante vire uma tradição – a Brigada Militar, com um efetivo de 70 homens, levará a imagem de São Jorge na procissão, colocando cavalos e cavaleiros da sua instituição para ser a comissão de frente da nossa procissão de São Jorge.

Quero agradecer do fundo do coração ao Sr. Presidente da Casa, que nos recebeu em seu gabinete e aceitou a nossa vinda; aos nobres Vereadores e Vereadoras presentes; e, de modo especial, a um dos novatos da Casa e nosso irmão na fé, o Ver. Matheus Ayres, que propôs este momento. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido o Pe. Sérgio Augusto Belmonte para compor a Mesa. Seja muito bem-vindo.

O Ver. Matheus Ayres está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MATHEUS AYRES: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Pe. Sérgio, seja bem-vindo à nossa Casa. Cumprimento os colegas do Banrisul, que aqui estão para debates que ocorrerão no período de Comunicações.

É com grande satisfação que subo à tribuna para agradecer a visita que a comunidade São Jorge – e aqui cito o amigo Lupicínio, o Lupi, e o citando, cito todos os amigos da comunidade – faz à Casa do Povo. Esta visita que destaca as atividades religiosas e sociais que são realizadas no espaço da Paróquia São Jorge me dá a certeza de que ali existe algo muito valioso, uma comunidade viva, comunidade que celebrará a sua setena, de 16 a 22 de abril, e a grande festa, no dia 23 de abril próximo.

Aproveito a oportunidade, Pe. Sérgio, para parabenizar a organização e o envolvimento de muitas lideranças católicas e comunitárias nesta festa que reúne 100 mil pessoas.

Trata-se de uma festa, Ver. Oliboni, cuja importância já foi reconhecida por esta Câmara, aprovando a inclusão no calendário de datas comemorativas e de conscientização do Município de Porto Alegre. A vinda do senhor, Pe. Sérgio, em meio à semana Santa, a esta Casa, reforçam em mim a esperança que tenho nas instituições de todos os tipos.

No caso, damos exemplo de que esta Câmara abre seus espaços e respeita a religiosidade popular. Do lado da paróquia e sua comunidade temos o exemplo de que é possível mobilizar pessoas, organizar e realizar uma grandiosa festa como essa – mais uma vez reforço os parabéns –, contando apenas com recursos próprios e doações de particulares, sem depender de recursos públicos. Esse é um jeito novo de se relacionar, que muito me alegra e, repito, me deixa esperançoso. Parabéns à comunidade da paróquia São Jorge, conte comigo, com todos os Vereadores e nossos gabinetes.

Aproveito a vinda a esta tribuna para falar também sobre a Semana Santa – esse tempo precioso que estamos vivendo. Estamos num cenário de desilusão, um prejuízo de mais de R\$ 5 bilhões que a empreiteira Odebrecht deu à Petrobras, apontado na operação Lava Jato – e aqui louvo, louvo e louvo a sua atuação, independente dos partidos; como eu tenho dito, aqui, toda semana, desta tribuna. A luta por democracia na Venezuela, onde o governo chavista conseguiu a façanha de reprimir a oposição deflagrando bombas de gás contra a população, contra as pessoas, inclusive recém-nascidos. Também poderíamos falar de caos em tantas outras áreas: saúde, segurança, como as mais arrasadoras. No meio desse cenário, chegamos à Semana Santa, tempo no qual os cristãos celebram a paixão, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. É justamente nesta semana que chega às minhas mãos um texto valioso de um movimento da Igreja – equipes de Nossa Senhora -, que, com todo o carinho e respeito, gostaria de compartilhar com as senhoras e os senhores. (Lê.): “Acompanhar. Acompanhar é abrir-se à solidariedade; acompanhar é difundir a esperança evangélica; acompanhar é dar lugar ao outro; acompanhar é compartilhar o evangelho, a vida; acompanhar é construir pontes entre as pessoas, entre as ideias [meu caro Ver. Prof. Alex Fraga], opiniões e caminhos diferentes para cada um de nós; acompanhar é construir confiança [Ver. Felipe Camozzato], onde faltam confiança e esperança.” Caros colegas, precisamos acompanhar. E se acompanhar é abrir-se à solidariedade, precisamos colocar as pessoas em primeiro lugar, sem ceder à tentação de fazer política dirigida com os olhos somente a um determinado tipo de pessoas. O bem comum, meus caros, não é o de alguns, mas é o bem de todos. Se acompanhar é difundir a esperança evangélica, meu amigo, Ver.

Freitas, Ver. Alvoni. Precisamos primeiro respeitar a liberdade de quem conhece na fé Jesus Cristo, razão do nosso viver. Se acompanhar é compartilhar o evangelho, a vida. Precisamos abandonar o desgastado discurso de que o Estado é laico para tentar varrer os cristãos e sua fé do mundo público. Isso é coletividade, o Estado é laico e deve ser, porque não elege uma fé, nem deve eleger, uma crença, como sua, o que não significa dizer que o Estado ou as pessoas que o compõem devem não ter religião, é uma opção. Essa é a liberdade. Se acompanhar é dar lugar ao outro. Também precisamos saber reconhecer que o lugar que ocupamos não é nosso, é de todos os porto-alegrenses. Se acompanhar é construir pontes. Não temos o direito de assenhorar a coisa pública como se fosse nossa, senão usá-la como instrumento para cumprir as nossas promessas que fizemos ao longo da campanha, respeitando os adversários, elevando-os como pessoas, e, se forem de lados ideológicos antagonistas aos nossos, temos que saber reconhecer seus valores, sob pena de negarmos a sua própria existência. Se acompanhar, enfim, é construir confiança. Essa reflexão expressa um pouco das ideais e convicções que estavam presentes no momento do meu discernimento, o meu momento do “sim”, quando convidado a entrar em um Partido político para concorrer pela primeira vez a Vereador de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Matheus Ayres prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MATHEUS AYRES: Obrigado. Aproveito esta semana, que para mim é singular, para renovar o meu compromisso que hoje pode ser traduzido na palavra acompanhar. Obrigado às equipes de Nossa Senhora por essa reflexão que me proporcionou; obrigado à Igreja que me formou; obrigado a Deus pela Páscoa. Muito obrigado pela atenção dos senhores e das senhoras, colegas Vereadores, colegas da Casa, visitantes à Casa do Povo nesta tarde, em especial, Padre Sérgio, muito obrigado pela sua presença na Semana Santa nesta Casa, porque é benção para nós; obrigado por dedicar a sua vida à causa do reino; obrigado por dedicar o seus sonhos, os seus desejos a acompanhar as pessoas em primeiro lugar. Obrigado, Presidente Cassio.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado Ver. Matheus Ayres, que acompanhou o Pároco e uma comissão, na semana passada, até a Presidência para nos entregar o convite e combinar esta Tribuna Popular.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 2016 do Regimento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Padre Sérgio, meus colegas Vereadores. A importância da presença do Padre da nossa Igreja, aqui na Câmara, é muito significativa. Até quero aproveitar para fazer uma homenagem ao Professor

Garcia que sempre foi o incentivador, aqui na Câmara, e que sempre participou muito ativamente, não só da procissão, mas também da Igreja São Jorge. Então quero, nesta vez, nesta caminhada, nesta procissão fazer uma oração ao Professor Garcia, que está se recuperando, para que ele se recupere e continue, mais vezes, a ajudar e participar mais tempo lá na Igreja São Jorge. Eu acho importante, nessa época difícil em que o Brasil vive, a fé, que pode ajudar muito. E vai ajudar muito. E São Jorge vai continuar protegendo a nossa Cidade, protegendo as pessoas de boa vontade que existem em todos os cantos da Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O sr. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente da Casa, saúdo também, dando boas-vindas, o nosso Padre Sérgio Augusto Belmonte, que é hoje o Pároco da Igreja São Jorge, como também o Sr. Mário Fernando Gonçalves, que é Coordenador do Conselho Paroquial, e o Jorge Luiz Paim, que é o Coordenador da Comissão Organizadora da Festa. Também temos aqui o Lupicínio Rodrigues Filho, que é um grande parceiro, há muitos anos, dessas festividades. Nós temos, em Porto Alegre a Festa dos Navegantes, a Via Sacra do Morro da Cruz, a festa do São Jorge, a do Santo Antonio, festas importantes que estão no calendário do Município e do Estado do Rio Grande do Sul. Esse é um tema muito importante para nós, no futuro, discutirmos, não só a segurança que dará a solenidade desses eventos, para tranquilizarmos todos os cidadãos de Porto Alegre, fiéis dos diversos Santos, mas acima de tudo, promotores e incentivados. Nós cristãos fortalecemos a nossa fé nesses eventos, porque esses eventos culturais e religiosos nos fortalecem, nos trazem muita energia, nos oportunizam a conversão das pessoas. As pessoas percebem o quanto é importante o ser humano acreditar, perceber que, através da sua fé, pode mover montanhas, como disse Jesus Cristo. Então, nós seres humanos que acreditamos e que temos muita fé e esperança, temos que não só incentivar que estes eventos se tornem cada vez mais e melhor, mas que possam também, através desta relação com o cidadão poder ter um momento de oração e de conversão. Então, nós da bancada do PT também nos solidarizamos. Estaremos lá e agradecemos pelo convite. Continue firme; é isso aí. Temos que ficar sempre juntos com o povo e, quem sabe, evangelizando cada vez mais e melhor para que não aconteçam estas coisas tão ruins que, muitas vezes, acontecem na política em nível nacional, estadual e municipal. Muito obrigado por ter vindo. Um abraço!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde Presidente, boa tarde Padre Sérgio; com muita alegria o recebemos nesta Casa, então, bem-vindo. Eu gostaria de destacar dois pontos, o primeiro deles, é uma festa muito tradicional e importante no Município de Porto Alegre, então, parabéns pela organização e, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os demais envolvidos. É uma festa de fundamental importância e que ressalta diversos valores que são inerentes à sociedade brasileira e também à comunidade porto-alegrense. Então, é muito importante termos a continuidade destes eventos, destas festividades, e aí eu trago o segundo ponto, eu gostaria de saudar, sem uso de recurso público e, sim, pela convicção das pessoas de que essas crenças, essas ideias, esses valores são valores corretos. São valores que precisam ser, de fato, destacados, na nossa sociedade. Por isso o parabenizo e fico admirado com a conduta, com a postura para que se mantenha dessa forma, porque se torna ainda mais moral e ainda mais honrada uma festividade dessa forma. Também gostaria de destacar a crença na caridade que a igreja como um todo proporciona e, em cada uma dessas festividades, isso se reforça. É uma série de entidades que fazem um trabalho de caridade fundamental para a sociedade e para a comunidade porto-alegrense; elas estão participando disso. A gente precisa disto, precisa reforçar esses valores, e é uma crença numa caridade voluntária e não naquela imposta, muitas vezes, pelo Estado, com muitos outros movimentos, muitas vezes, recorre e que isso não é benéfico para uma sociedade que quer ter liberdade, que quer ter pluralidade de ideias, pluralidade religiosa também. Então, parabenizo mais uma vez, são valores fundamentais, são pilares de uma democracia madura, responsável, ética e que a igreja, mais uma vez, se destaca por promover eventos que reforçam esses pilares. Agradeço novamente a presença e agradeço pela festividade que reforça todos esses pilares, esses valores da nossa sociedade de Porto Alegre e que inspira os cidadãos de Porto Alegre a seguirem adiante e ensinarem para seus filhos a importância desse tipo de manifesto, desse tipo de evento e desses valores intrínsecos às festividades como essa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Padre Sérgio, na verdade, quando eu cheguei aqui, quando entrei no plenário e o vi na tribuna com a imagem de São Jorge, fui remetido à pessoa do nosso grande Ver. Professor Garcia, que, todos os anos, fazia esse momento de reflexão junto conosco aqui na Câmara, na Casa do Povo. Então, gostaria que o senhor, juntamente conosco, encaminhasse orações e bons fluidos ao Professor Garcia, que se recupera de uma doença difícil, mas Deus o tem ajudado a se manter com fé para enfrentar esse problema difícil. Então, quero lembrar e saudar o Ver. Professor Garcia. Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente; Padre Sérgio Augusto Belmonte, em seu nome saúdo todos da Paróquia São Jorge que estão conosco nesta tarde e quero dizer que bom nós, nesta Semana Santa, termos ganhado a sua presença e de pessoas lá da nossa paróquia. Quero dizer da importância deste momento, até para uma reflexão e para manifestar e registrar que estou aqui desde 1989 e em todos os anos sempre tivemos a presença de padres, de religiosos e da comunidade da São Jorge conosco, ao menos uma vez por ano. Isso, para nós, é gratificante e é importante porque – até já foi dito, o próprio Ver. Matheus Ayres falou – se o Estado é laico, a sociedade tem, no seu coração, um olhar do catolicismo, do cristianismo, de outras religiões e de outros credos com muita profundidade – essa é a alma do povo brasileiro. Falando da nossa Festa de São Jorge, uma festa tradicional na Cidade, a segunda maior festa de Porto Alegre, é preciso, sim, fazer um registro todo especial. Como falou o Ver. Cecchim, fomos capitaneados pelo Ver. Professor Garcia, que sempre esteve conosco, apresentando, inclusive, propostas para a festa; a partir da enfermidade do Professor, eu fui convidado para apresentar algumas emendas com relação à festa, que este ano não ocorreu, em razão das posições tomadas, mas quero registrar que estamos sempre juntos. Antes disso, parabéns a vocês, ao seu comando, à comunidade cristã do nosso São Jorge. Porto Alegre tem, sim, orgulho dos seus eventos, e um evento religioso do porte da nossa festa de Navegantes, da nossa festa de São Jorge é importante para Porto Alegre e muito mais importante para a alma do povo porto-alegrense. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Padre Sérgio, seja bem-vindo. Um grande abraço transmito ao senhor e a toda a comunidade católica – falo em nome do PSOL, dos Vereadores Roberto Robaina e Fernanda Melchionna. Nós, que pertencemos a um partido que faz uma defesa muito forte com relação ao estado laico, defendemos isso porque acreditamos piamente que o estado laico é o estado de todos e que, dentro de uma concepção assim, nós podemos viver mais fraternalmente, como pregam os princípios cristãos – eu sou católico –, mas também valorizando as outras religiosidades e as outras formas de expressão cultural existentes dentro da nossa sociedade com muito respeito.

Faço uma saudação especial também à Campanha da Fraternidade deste ano da CNBB, que fala sobre os biomas brasileiros e a defesa dos espaços naturais. Como biólogo de formação, vejo que essa iniciativa foi extremamente bem-vinda, muito meritória e deve ser valorizada sempre. Então parabéns ao senhor, parabéns à

comunidade católica, que faz essa belíssima festa religiosa de São Pedro e a todas as atividades encabeçadas pelas entidades com vínculos religiosos que se prestam a divulgar a aceitação, a fraternidade e a boa convivência entre os seres humanos. Parabéns ao senhor e toda a comunidade católica.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Presidente, Padre Sérgio Belmonte, eu quero, em meu nome e em nome do partido, dar as boas-vindas a esta Casa. É uma alegria rever o senhor que foi meu pároco na Paróquia Nossa Senhora das Graças, e estás fazendo esse trabalho extraordinário e reconhecido por toda a Cidade lá no Santuário São Jorge. Quero desejar muito êxito nessa festa especial para a Cidade, porque ela precisa realmente ser abençoada por Deus. E que as bênçãos de São Jorge recaiam sobre esta Casa Legislativa para termos muita coragem e muita sabedoria para a vida de seus paroquianos e sobre a Cidade. Nos veremos lá na festa. Muito obrigado pela presença aqui na Casa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Padre Sérgio Belmonte, é uma satisfação conhecer o senhor. Estava falando com o pessoal da Paróquia e eu, pessoalmente, não sou um frequentador da Igreja, mas sou um admirador de todos os trabalhos sociais que a Igreja cumpre. E estávamos combinando de levarmos alguns animais na procissão como um símbolo da importância deles. A minha família toda é católica, mas quero fazer uma saudação ao senhor e à Paróquia que tem avançado muito. Hoje vivemos socialmente o individualismo, e o Papa tem cumprido um papel importante na questão da discussão de gênero, de igualdade racial, sobre a homofobia e sobre temas que infelizmente a sociedade anda para trás. Também quero colocar o meu tema sobre os animais à disposição da Paróquia. Estamos aqui para qualquer coisa que vocês precisarem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Padre Sérgio Augusto Belmonte está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. SÉRGIO AUGUSTO BELMONTE: Quero agradecer a atenção e a manifestação dos nobres Vereadores. De novo, quero citar esses três momentos importantes que este ano vão acontecer na festa de São Jorge dando um novo rosto à ela que atrai mais de cem mil pessoas. É um fenômeno em Porto Alegre, fenômeno de paz e de ecumenismo, onde diversas religiões, raças, etnias e camadas sociais se encontram na paz. Primeiro, é a imagem de Nossa Senhora Aparecida. Vem de São Paulo, do Santuário de Aparecida, comemorando os 300 anos do encontro da imagem nas águas do Rio Paraíba. São 300 anos desta devolução. O Santuário de Aparecida reúne 13 milhões de pessoas por ano, que vão à Aparecida; estará conosco essa imagem. O povo é devoto de Nossa Senhora Aparecida e de São Jorge.

Segundo, é pela primeira vez que a Missa vai ser realizada embaixo do viaduto que leva o nome de São Jorge. E eu disse na Igreja São Jorge: esse viaduto é sortudo, porque passam as pessoas do Norte para o Sul e do Leste para Oeste, e é o único viaduto que vai ter uma missa por ano, embaixo dele. Bota viaduto sortudo nisso! Uma missa por ano, embaixo do viaduto! Que mais que ele quer? A cidade passa por ele, Norte, Sul, Leste, Oeste, e ainda uma missa por ano. Então, esse acontecimento de ter vai dar um outro sentido aquele viaduto, que é muito bonito. Essa unidade entre igreja e viaduto, que no início foi tão criticada, porque ia tirar a visão da igreja e toda aquela região, hoje tem essa unidade, por causa da festa de São Jorge.

E o terceiro é a Brigada Militar. A Brigada Militar que está presente na sua sede, dentro do território da Paróquia, os brigadianos que são grandes devotos de São Jorge, e eles agora assumem levar a imagem de São Jorge, na procissão e dar uma demonstração de fé muito bonita, como profissionais da segurança. E assim, transformando a festa de São Jorge, realizando aquilo que o Cardeal Dom Vicente Scherer sonhou, quando decidiu que aquela igreja teria o nome de São Jorge. Ele olhou para a região e disse: aqui têm militares; a igreja vai ser São Jorge. Isso, nesse momento histórico é muito importante, diante de uma situação de insegurança, construir a paz, apoiar aqueles que trabalham pela paz, profissionais da segurança, como são, e todas as pessoas. Muito obrigado a todos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradeço a presença do Padre Sérgio Augusto Belmonte. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h54min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h55min): Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar da importância do Banrisul para o desenvolvimento econômico de Porto Alegre, trazido pelo Sr. Everton Gimenis, Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região. Convidamos para compor a Mesa o Sr. Everton Gimenis, Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região.

O Sr. Everton Gimenis está com a palavra.

O SR. EVERTON GIMENIS: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo, em seu nome, gostaria de saudar todos os Vereadores e Vereadoras aqui presentes. Gostaria de fazer uma saudação à Ver.^a Sofia Cavedon, que propôs a nossa participação neste espaço para falar da importância do Banrisul e da nossa campanha em defesa do Banrisul público. Gostaria de saudar também a Ver.^a Fernanda Melchionna, banrisulense, que propôs, no dia 04 de abril, uma moção em defesa do Banrisul a qual foi aprovada pela grande maioria, 25 votos a 1, pelas informações que temos. Saudar também o Ver. Airto Ferronato que é o proponente e o coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Estatais Gaúchas, que inclui o Banrisul. Eu vim, representando o Sindbancários também no ato de lançamento dessa importante frente. Gostaria de saudar também todos os Vereadores e Vereadoras que estão vestindo hoje a camisa do Banrisul, incorporando essa luta tão importante, não só para nós, bancários, mas, no nosso entendimento, para a sociedade gaúcha que é a defesa do Banrisul como banco público gaúcho. Queria saudar também os colegas de direção do Sindbancários, da e os bancários, principalmente os banrisulenses que aqui estão nos acompanhando nesse dia importante. É importante que a gente esteja aqui na Câmara de Vereadores ocupando este espaço para falar em defesa do banco de todos os gaúchos. É uma saudação toda especial aos bancários e bancárias que vieram aqui defender o Banrisul público, estão aqui junto conosco. Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, infelizmente, de tempos em tempos, a gente tem que voltar a falar da privatização do Banrisul, é um tema que já deveria estar esquecido, superado aqui no Rio Grande do Sul. Na década de 1990, fizemos uma grande luta para manter o Banrisul público, quando o Governo do Estado, junto com o Governo Federal, também tinha um projeto de entrega do Banrisul. Na época, entregaram a Companhia União de Seguros Gerais, era a seguradora do banco, uma seguradora rentável. O Banrisul, por pouco, não foi privatizado, especialmente porque o Governador Antônio Britto não se reelegeu, porque o Banrisul estava pronto para ser privatizado, mas a luta dos banrisulenses e da sociedade gaúcha manteve naquele momento [o banco público]. Depois fizemos a luta para incluir uma PEC no Parlamento Estadual de que Banrisul, CEEE, Corsan, CRM, Sulgás, empresas estatais gaúchas só poderiam ser privatizadas com a participação da população, ou seja, com o aval da população através de um plebiscito. Foi uma luta importante para garantir que nenhum Governo de plantão entregasse o nosso patrimônio público sem consultar o povo gaúcho, que é o verdadeiro dono desse patrimônio público gaúcho. Todas essas lutas foram importantes, tanto que o Banrisul é um dos poucos bancos estaduais que sobreviveu àquela sanha privatista neoliberal dos anos 1990. Temos hoje o Banese, o Banif, o BRB, o Banpará e o Banrisul. O Banrisul é o maior

banco estadual que sobreviveu àquele período neoliberal de entrega do patrimônio público. Nos anos 2000, novamente, nós enfrentamos a discussão de venda do Banrisul, foi no Governo Yeda Crusius quando voltou esse debate, e aí, não tendo força política para enfrentar o plebiscito e para vender o Banrisul fez a primeira abertura de capital do banco, o chamado *IPO*, que vendeu mais de 43% das ações do Banrisul para acionistas privados. Nós queremos dizer que essa venda das ações já foi um mau negócio, o que prova que vender o Banrisul é um mau negócio. Em 2007, foram vendidas 43% ações. Se hoje nós tivéssemos os cem por cento das ações – já que o Estado recebeu, na época, R\$ 1,2 bilhão pela venda desses 43% –, o Estado já teria ganhado mais de um bilhão de dividendos, um valor que deixa de arrecadar para investir em saúde, educação e segurança, porque vendeu as ações e hoje não é mais detentor de cem por cento delas. Isso mostra o quanto o Banrisul é importante, e, também, que é um erro tentar resolver os problemas financeiros do Estado através da venda das nossas empresas estatais. Até porque, se isso fosse solução, lá na década de 1990, quando venderam a CRT, parte da CEEE, extinguíram a Caixa Estadual, o Badesul e outras, já se tinha resolvido o problema da dívida, e não se resolveu. A mesma coisa nos anos 2000, quando a Yeda disse que aquela venda das ações seria para criar um fundo de previdência para o Estado, para resolver o problema do IPE. Nada disso ocorreu. O dinheiro foi para o caixa único, e, no ano passado, o Governo aumentou a contribuição dos funcionários públicos, porque o IPE continuava com problema. Ou seja, o discurso da venda do patrimônio público para resolver os problemas do Estado e investir em saúde, educação e segurança é uma balela, porque acaba não acontecendo. O que acontece é que ele vai para o caixa único, ninguém mais vê esse dinheiro, e o Estado fica sem o patrimônio.

Outro dado que mostra que a venda desses ativos não é interessante é que agora, nesse acordo da dívida em que o Governo Federal está exigindo em contrapartida do Rio Grande do Sul a privatização das empresas estatais, inclusive, a do Banrisul, eles dizem que criaram esse acordo para resolver o problema de três Estados – Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro e Minas Gerais não têm mais bancos estaduais. Na década de 1990, foram vendidos o Banerj, do Rio de Janeiro, que era um grande banco estadual, e o Bemge, de Minas Gerais, e não se resolveu o problema da dívida desses Estados, tanto é que eles estão entre os mais endividados e hoje não têm nem um banco para ajudar no desenvolvimento, para fazer política econômica e para ter dividendos. Esses bancos estaduais são lucrativos e podem trazer dividendos para os Estados, para ajudar a investir em saúde, educação, segurança e em todos os problemas.

Portanto, essa discussão da venda das estatais, principalmente do Banrisul, para resolver os problemas financeiros do Estado não se justifica, e já foi provado, ao longo do tempo, que isso não resolve. Por isso eu acho que hoje temos um grande consenso na sociedade gaúcha. Quando a gente vai discutir em todas as Câmaras de Vereadores do interior, Prefeituras, espaços, a população gaúcha diz que o Banrisul é nosso e nós não queremos abrir mão do Banrisul. Eu acho que a gente venceu esse debate porque a história provou a importância de nós mantermos os bancos públicos. E não só o Banrisul. Eu queria citar aqui o Badesul – Banco de Desenvolvimento do

Estado do Rio Grande do Sul, uma agência de fomento que também está sendo atacada, e tem setores da imprensa, inclusive, defendendo a sua extinção. O Badesul é um banco de desenvolvimento que pega dinheiro a juros quase zero do BNDES e investe no desenvolvimento gaúcho, tanto que nos últimos anos não tem nenhum Município gaúcho que não tenha algum investimento do Badesul, e ele também está sob ataque. A gente quer deixar claro aqui que nós queremos manter também o Badesul como um banco público.

Já no caso do Banrisul, nós temos um banco que está presente em 430 Municípios gaúchos; em 96 Municípios só existem agências do Banrisul, ou seja, em 96 Municípios gaúchos, se não houvesse o Banrisul, um banco estadual, não teríamos a bancalização, alguém para fazer as operações financeiras daqueles Municípios, dos produtores, dos pequenos empresários de todos esses Municípios. E, com certeza, se o banco for privatizado, não vai ter, porque os grandes bancos privados, tanto nacionais como estrangeiros, não têm nenhuma preocupação com o papel social. Inclusive, está na Constituição que os bancos deveriam ter papel social, mas infelizmente isso não é regulamentado e nenhum banco privado tem papel social; o papel social deles é explorar cada vez mais os seus funcionários e a sua clientela e aumentar os seus lucros – não têm papel social nenhum. A gente tem isso bem claro aqui no Rio Grande do Sul com a venda do Meridional, que era um banco que empregava mais de 11 mil trabalhadores gaúchos, que estava em todas as regiões do Rio Grande do Sul; foi comprado pelo Santander e hoje nós não temos nem mil colegas bancários dentro do Santander. Além de desempregar, é um banco que deixou de investir o lucro no Rio Grande do Sul e começou a repassar o seu lucro para São Paulo e até para a Espanha, onde está a matriz do Santander.

Portanto, o Banrisul é um banco totalmente necessário para o Estado. Para ter uma ideia, se os bancos privados assumissem o Banrisul, certamente fechariam, porque eles só ficam em cidades que dão um lucro muito grande; não que nas pequenas cidades não possa haver lucro, mas eles têm um patamar de lucro que não seria nessas pequenas cidades. Essas pequenas cidades seriam abandonadas. Além do mais, um estado que abre mão de um banco estadual e das empresas públicas, como CEEE, Corsan, CRM, Sulgás – que inclusive estão nesse pacote – abre mão de ter uma política econômica autônoma, de ter autonomia para fazer política econômica sem ficar de pires na mão para a União. Porque se tu tiveres um instrumento de crédito, como o Banrisul, como o Badesul, o Estado pode fazer políticas direcionadas a cadeias produtivas que interessem ao Estado, que possam gerar mais emprego; ou polos industriais que sejam de interesse do Estado e gerem mais recursos para o seu desenvolvimento; para políticas de fomento à agricultura.

Hoje o Banrisul está em todos os setores da economia gaúcha. Noventa e nove por cento do PIB gaúcho passa pelo Banrisul. Não tem nenhum setor... inclusive temos muito apoio dos empresários quando vamos a debates. Eu fui, há pouco tempo, em um debate na TV, e um arrozeiro disse que, para eles, no interior, em Bagé, é necessário o Banrisul; eles são totalmente contrários à privatização, setor industrial. Então mostra que nós precisamos manter o Banrisul público e não fazer como o

Governo Federal quer, exigindo em troca desse acordo da dívida, um acordo lesivo ao Estado. Vocês lembram que, na década de 1990, o Governo e os empresários, inclusive a mídia gaúcha, comemoraram aquele acordo da dívida feito lá. Pois bem, disseram que aquilo resolveria os problemas; depois, começaram a culpar aquele acordo da dívida pelo problema financeiro do Estado. E, até hoje, ninguém resolveu, já se questionou na Justiça, e ninguém resolveu. Agora, novamente, o que o Governo Federal está propondo não é diminuir a dívida do Rio Grande do Sul em troca da venda da CEEE, da Corsan, da CRM, da Sulgás, do Banrisul, é simplesmente uma moratória de três anos, e em que vai continuar correndo juros. Pelos cálculos, a dívida do Rio Grande do Sul, que é em torno de R\$ 50 milhões, vai passar para R\$ 80 milhões. Ou seja, o atual Governo vai ter um fôlego agora fazendo o acordo da dívida, e, no futuro, o Governo que assumir terá de pagar uma dívida muito maior e sem ter instrumentos de desenvolvimento como o Banrisul, como o Badesul, como CEEE, como Corsan, como CRM e Sulgás. Ou seja, é um péssimo negócio o que estão propondo para o Estado. Podemos dizer que o parlamento gaúcho – nós temos uma Frente Parlamentar em Defesa do Banrisul, na Assembleia Legislativa – já tem votos suficientes para impedir que o Banrisul seja vendido, isso prova que as pessoas estão notando que essa não é a solução da dívida. Até porque nós temos outras propostas que estão sendo colocadas e que o Governo nem aventa a possibilidade de ter. Uma delas é o encontro de contas, a questão da Lei Kandir, que alguns dizem que o Estado pode recuperar quase R\$ 30 bilhões do Governo Federal, em vez de privatizar as estatais. Então teríamos que fazer isso, mas o Governo não está forçando isso. Esse acordo da dívida diz que o Estado que fizer o acordo abre mão, inclusive, de discussões judiciais sobre esses temas que não foram resolvidos. Ou seja, o Estado vai abrir mão, inclusive, de cobrar os créditos da Lei Kandir, aos quais tem direito.

Outra coisa, nós tínhamos que abrir a caixa-preta das isenções fiscais. Ninguém sabe se as isenções fiscais que são dadas pelo Governo gaúcho, que são bilhões todo ano e de que abrimos mão, são realmente necessárias, se são para setores que empregam, que precisam e que geram o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Então, teríamos outro recurso em vez de vender as estatais, que seria também questionar e revisar as isenções fiscais.

Outra coisa de que o Governo também não fala, e temos que falar que é preciso fazer, é abrir a caixa-preta da sonegação. Segundo os técnicos da Fazenda, são bilhões todo ano que o Estado deixa de arrecadar por conta da sonegação fiscal. E quem faz sonegação não é o trabalhador, o pequeno, porque esses pequenos têm que pagar todos os seus impostos já na fonte. Quem faz – e já saiu várias denúncias – são os grandes empresários deste Estado, que sonegam os impostos e não pagam. Portanto, o Governo tinha, sim, que investir na fiscalização, no controle, na investigação e recuperar todos os impostos que deixamos de arrecadar por conta da sonegação. Em todos esses tipos de medidas o Governo não está pensando, só está discutindo a venda das estatais.

Nós queremos dizer que não só o Banrisul, mas a Corsan, a água como um bem essencial, a CEEE, que tem capacidade de crescer, enfim, todas as empresas são

importantes para o nosso Estado e temos que mantê-las públicas e a serviço do povo gaúcho. Por isso que viemos aqui e estamos indo a todas as Câmaras de Vereadores, a todos espaços para dizer que esta política de entrega do patrimônio público não é uma questão econômica; ela é ideológica, é, sim, para abrir mão de um serviço público de qualidade e entregar para o povo o Estado mínimo. Por que querem fazer isso? Porque quem precisa de serviço público de qualidade é o trabalhador, o povo mais pobre; a burguesia não precisa de serviços públicos de qualidade, a burguesia tem esses serviços de forma particular. Portanto, o Estado mínimo não serve aos interesses da maioria da população, serve aos interesses de poucos.

O Banrisul, além de ele ser lucrativo e passar todo o ano em dividendos – só no ano passado passou mais de R\$ 500 milhões em dividendos – para o Estado, consegue fazer com que o Estado faça política pública e econômica. Por isso nós viemos aqui defender e agradecer o apoio dos Vereadores que estão junto conosco nessa luta porque nós temos que manter o Banrisul público e rentável para que ele continue gerando bons resultados para o Rio Grande do Sul.

Queria alertar que o Governo do Estado vem dizendo que o Banrisul não está na lista de privatizações, que não há esse risco. Só que a prática que estão usando dentro do Banrisul não é essa. O Banrisul é exemplo da década de 1990, parou de chamar os contratados, está fazendo PDV para demitir os funcionários, diminuindo o número de colegas dentro das agências, ou seja, sucateando o banco, precarizando o atendimento para que a população que, hoje é a favor do Banrisul, comece a ficar contra o banco, achando que tem muita fila, que o banco não presta um bom serviço. Mas isso é deliberado, porque em vez de o Governo investir, qualificar o funcionalismo do Banrisul e fazer concurso, o Governo está deliberadamente sucateando o Banrisul. Portanto, isso mostra que o Governo diz que não há risco e que não quer entregar o Banrisul, mas enche as agências de estagiários, não contrata funcionários, está querendo inclusive fazer um plano de reestruturação, a exemplo do Banco do Brasil e da Caixa, dizendo que vai fechar agências que são necessárias nos municípios gaúchos. O Governo fala uma coisa e faz outra. Nós temos certeza de que o Banrisul está, sim, na mesa de negociação. E nós queremos dizer que isso não pode acontecer porque o Banrisul é público, é rentável, ajuda o desenvolvimento gaúcho e nós queremos manter esse patrimônio.

Por isso viemos hoje aqui dizer que somos contra a entrega do patrimônio público gaúcho, contra a privatização do Banrisul. Somos a favor da manutenção do Banrisul público, a favor do fortalecimento do nosso banco, porque ele é importante não só para nós bancários, mas para todo o povo gaúcho. O Banrisul é um patrimônio do povo gaúcho. O Banrisul é nosso, do povo gaúcho, e tem que se manter assim. Este é o nosso recado.

Agradeço o espaço na Câmara de Vereadores e convido a todos os Vereadores e Vereadoras a se engajarem nesta luta em defesa do patrimônio público gaúcho, em defesa do nosso Banrisul. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido o Sr. Everton Gimenis para compor a Mesa.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; colegas da Câmara; funcionários; público que nos assiste nas galerias e em casa; faço uma saudação especial ao Hélio, a quem conheço há alguns anos, desde a época em que fui estagiário. Lembro das disputas sindicais lá, talvez em torno do ano 2000. Cumprimento também os bancários, os colegas que representam o sindicato. Para fazer esta discussão do Banrisul, pessoalmente – eu já falei algumas vezes aqui –, é algo quase que emocional para mim. É a minha lembrança maior da infância, porque o meu pai, além de ser arquiteto, foi bancário e trabalhou mais de 40 anos no Banrisul, meu querido Líder, Ver. Idenir Cecchim, que conhece muito este tema.

Lembro da minha infância mais remota, na época da escola; talvez eu tenha aprendido a falar e a escrever, Ver. Cecchim, defendendo o Banrisul, e uma das maiores dificuldades que tive, Ver.^a Comandante Nádia, foi justamente convencer o meu pai a se aposentar pelo Banrisul. O meu pai, talvez como um bom italiano, Ver. Cecchim, que só aprendeu a trabalhar, a maior dificuldade que teve foi na época em que ele já tinha tempo para se aposentar, fazer com que ele se aposentasse, tamanha era a preocupação de um funcionário. E as melhores amizades dele, até hoje, são entre os bancários, porque ele passou a maior parte da vida dele dentro do Banrisul. O amor de um funcionário por uma instituição, o amor que tem dentro do Banrisul, mesmo com as disputas de opinião, muitas vezes com as disputas políticas, mas o banco ser o amor dos funcionários. E para além do amor dos funcionários, é uma instituição que se consolidou na sociedade. Se fizesse uma pesquisa, creio que o Banrisul estaria entre as empresas mais lembradas do Estado, com certeza absoluta.

Essa questão da privatização, como bem falou aqui o nosso orador, foi uma das coisas que meu pai muito discutia lá na década de 90. Eu aprendi, quase que antes de ler, da importância de não privatizar. Lembro-me de eu ter mais ou menos uns seis anos, Ver. Idenir Cecchim, e usar adesivo contra a privatização. A maior preocupação do meu pai em se aposentar – que eu sei que é da maior parte, do amor que se cria na instituição – é ser menos um a lutar para manter o Banrisul. Ele falava da ética, da importância, de como o papel cumpre um papel importante tanto aqui em Porto Alegre quanto no interior do Estado. Ele, especificamente, se aposentou trabalhando no Fundo Agrícola. A importância que o Banrisul tem para com os agricultores, Ver. Idenir Cecchim, que veio da colônia, é o papel que ele cumpre.

Para finalizar, quero dizer que mais do que defender o Banrisul, eu falei ao meu pai para convencê-lo, essa luta volta e meia vem, como ele falou, e talvez daqui a 300 anos vai ter. Uma das coisas que eu falei para o meu pai é que infelizmente a disputa de opinião e tal sempre se vai ter, e sempre vai surgir um indivíduo com uma nova ideia de privatização do Banrisul. Tenho certeza de que é fundamental a luta em todos esses anos, desde 1990, agora novamente, e faço uma saudação ao Governador Sartori, Ver. André Carús, que é do PMDB, que, de forma muito nítida tem deixado

claro o respeito que tem pelo banco e que não vai privatizar, mas é uma disputa que vai voltar daqui a 30 anos, mais 60 anos e vai voltar, mais 200 anos e vai voltar. E vai ser fundamental ter um sindicato forte, ter funcionários tão apaixonados como foi o meu pai para manter Banrisul do povo, o Banrisul sendo essa entidade séria, essa entidade fundamental e tão lembrada e com tanto carinho. Eu diria que, talvez, uma das entidades, das poucas entidades, Ver. Dr. Goulart, lembrada pelos gaúchos pela credibilidade, em meio à política de hoje, às instituições públicas tão fragilizadas. Eu quero falar para o meu colega Ver. Felipe, que defende o estado mínimo, mas com respeito, eu também em algumas coisas penso e reflito sobre isso, mas o Banrisul tem que ser consenso entre nós, o Banrisul não tem margem de erro para defender contra, é só credibilidade. O Banrisul é lembrado por qualquer gaúcho. A maior parte dos gaúchos tem conta no Banrisul. Eu, pessoalmente, só tenho conta no Banrisul e para tudo me funciona em qualquer lugar do Estado e em muitos lugares fora do Estado. O Banrisul tem uma associação séria que é a Cabergs, tem uma fundação séria, então é fundamental que o Banrisul se mantenha. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra em Comunicações.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Sras. Vereadora e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, todos os servidores do Banrisul que estão conosco a nossa saudação. Falo aqui em meu nome, Ferronato, em nome do meu Partido, PSB, e em nome do Ver. Paulinho Motorista. No dia de hoje cabe uma preliminar, porque também temos proposta aqui dentro. Depois da lista que saiu hoje, nós que estamos lutando contra a reforma tributária, reforma trabalhista, reforma previdenciária, reforma política e a lista da reforma política também, acredito que os nossos Deputados Federais e Senadores precisam fazer uma reflexão, pois na extraordinária maioria não têm poderes éticos e morais para tratar de reformas deste tamanho, com a profundidade que está e com os reflexos que traz para o povo brasileiro. Nessa mesma linha de raciocínio, por outros motivos, nós acreditamos que não é momento de nós definirmos, no Estado, questões como privatizações, CEEE, Banrisul, CRM e SULGAS e outras. Não é momento de fazermos isso, dado o descrédito dos políticos que temos por aí. E aqui no Estado, por outros motivos. O listão é de Brasília. Eu sou funcionário da Fazenda do Estado. E estava na Fazenda do Estado, quando o Estado do Rio Grande do Sul contratou aquela consultoria do Falconi. E nós servidores dizíamos que aquilo não podia, quer era melhor deixar nós funcionários estudar isso. Aí diziam que o Falconi salvou Minas Gerais. Aquelas ideias deles, meu caro Presidente Everton, salvaram Minas Gerais, e, por isso, implantaram aqui no Rio Grande do Sul e, acho, no Rio também. Hoje os estados estão destruídos: Minas, Rio e Rio Grande do Sul. Por quê? Por essas coisas de “vamos mudar, vamos mudar”, por uma ideia de um ou dois sabidos que não entendem nada do serviço público, que não conhecem o que é uma instituição

pública e com caráter social, e o Bannisul está no meio, que gera lucro. Vem um homem aí qualquer, com um, duas ou três consultorias, dizendo que a salvação é arrumar algum bilhão numa tacada só, para o Estado do Rio Grande do Sul, que não paga a dívida de um, dois ou três meses. Fizeram isso no passado, e só fiasco. O Estado está cada vez pior, no fundo do poço. Portanto a nossa proposta de Frente do ano passado, nós aprovamos outra aqui agora no mesmo sentido, para valorizar o serviço público. E eu sou natural de Dr. Ricardo, acho que a maioria não conhece e deveria conhecer. É um dos menores municípios do Rio Grande do Sul, lá só tem um banco, Ver.^a Fernanda, o Bannisul. E lá o Bannisul financia o pequeno empresário, o pequeno produtor, a costureira, o aposentado, o pensionista. É ele que paga, que recebe, recebe as contas. Como vamos destruir isso? Temos que esquecer a ideia de que o ente público, para ser público, tem que só pensar na vida da matemática, do desenvolvimento, do crescimento, do dinheiro, do resultado. O mundo está destruído exatamente nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Hoje nós estamos em pedaços. A família está em pedaço – tudo. Por quê? Porque nós não paramos de pensar só no econômico: precisamos crescer, precisamos desenvolver, precisamos ter lucro, precisamos ter margem. Nós precisamos olhar para aqueles que mais precisam, antes de mais nada. Nós não podemos ser felizes com instituições públicas superavitárias tendo, ao seu lado, um povo sofrido e deficitário. É destruir o Estado do Rio Grande do Sul, mais um pedaço, se nós destruímos aquilo que construímos, meu caro Presidente, isso, por décadas, muitas décadas de história. Precisamos olhar com carinho isso. O Bannisul financia o pequeno empresário, financia o pequeno agricultor, auxilia e financia o Estado, quando precisa. Nós, funcionários públicos, estamos recebendo aos pedaços, e, todo mês, eu vou ao Bannisul e peço R\$ 10 mil emprestados – podem anotar aí, todo mês – para aguentar aqueles meses, aqueles tempos em que o Sartori não me paga. Talvez tenha lá suas razões. Mas eu tenho o banco como uma instituição que é salvadora das finanças do Estado do Rio Grande do Sul, e nós não podemos, em nenhum momento, pensar na sua privatização, porque a privatização do Bannisul, da CEEE e CRM é um olhar matemático, frio, calculista, que olha apenas os números e não enxerga o futuro, não compreende como é, não sabe das potencialidade do Rio Grande e não sabe que nós temos, sim, outras alternativas, e aqui isso foi dito, de buscar a recuperação do Estado. Eu sou ampla e francamente favorável, e trabalho para isso, e luto por isso, pela manutenção do nosso banco público, é a nossa saída para resolver questões do dia a dia dos pequenos, vamos dizer assim, trabalhadores, funcionários, produtores. Portanto, nosso abraço, nossa saudação, parabéns pelas lutas e estamos juntos. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; meu caro Everton Gimenis, Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, obrigado pela sua visita. Eu não vesti a camiseta porque estou meio gordinho, mas tenho uma outra camiseta aqui que é o cartão do Banrisul. (Mostra cartão.) Cartão do Banrisul! Os 36 Vereadores desta Casa têm este cartão. Hoje nós devíamos festejar, e acho que é essa a intenção de todos nós. Escutei muito o Presidente dizendo que os governos todos tem uma tentação enorme de capitalizar seu tesouro um pouquinho em cima do Banrisul. Isso aconteceu com todos os governos. No Governo Tarso, me lembro que a Icatu fez uma bela proposta para levar a corretagem do Banrisul, e levou. Eu queria festejar aqui a atitude do Governador Sartori e de toda a bancada do meu partido, o PMDB, de cerrar fileiras contra a venda do Banrisul. Depois de muito tempo e de muitos governadores que titubearam, o Governador Sartori disse: “Não! O Banrisul não entra em negociação para ser privatizado!” E não vai entrar, não. O Governador, seu partido, e tenho certeza de que os Deputados, a grande e esmagadora maioria, se não todos, não querem a privatização do Banrisul, pelo que ele representa, pela identidade que nós temos. Nós tínhamos a Varig, achávamos que ela se misturava com o Rio Grande do Sul, mas a Varig quebrou. Hoje, quando nós vamos a algum lugar do Brasil que tenha um caixa eletrônico do Banrisul, nós temos uma porta do Rio Grande aberta. O Banrisul não é só conta corrente; não são só as pessoas que vivem da agricultura, da indústria e do comércio; mas são as pessoas que fazem o Banrisul. Muitos se aposentaram no Banrisul, e tenho certeza de que vocês todos vão se aposentar como funcionários do Banrisul, porque é o banco dos gaúchos – é esse o *slogan* dele há muito tempo. Nós temos orgulho do Banrisul, sim. Tem algumas estatais sobre as quais dá para discutir, sim, porque são mal geridas.

Eu ouvi o Ferronato falando do Banrisul com o Dr. Ricardo, e ele tem toda a razão. Ele foi inventar de fazer um empréstimo na Caixa ou no Banco do Brasil, que quase fez o meu colega falir com o pequeno negócio que tinha. Não tinha a sensibilidade do Banrisul – não é, Ferronato? O Banco do Brasil ferrou o negócio do Ver. Ferronato. Então nós temos todas as razões – grandes, pequenas, médias – e, principalmente, o coração de ser Banrisul. Por isso, eu quero fazer uma homenagem aqui aos funcionários do Banrisul, que são o seu verdadeiro patrimônio, as pessoas que fazem o banco no dia a dia, que fazem o banco ser o que ele é, ser o Banrisul de hoje. Aliás, pela primeira vez, o Banrisul, no Governo Sartori, não tem administração política; é administrado pelos funcionários, pelos colegas, sem intervenção política – não tem o fulano que veio para ganhar um emprego. Não, são os funcionários de carreira que administram o Banrisul no Governo José Ivo Sartori.

Meus cumprimentos aqui a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, lutam pelo Banrisul, pelo que fizeram, pelo que lutaram, porque não deixaram ser privatizado. Neste momento, neste Governo, nós temos a parceria do Governo para não privatizar. Temos a parceria do Governador e de todo o seu partido, assim como dos

demais partidos, também, para que o Banrisul não corra o risco de ser privatizado; não vai ser, neste Governo, com certeza. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Prof. Alex Fraga assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Presidente Everton Gimenis, os colegas e as colegas da categoria que estão presentes aqui na tarde de hoje, e dizer que é muito importante esse debate aqui na Câmara, porque nós precisamos de um grande movimento com ampla participação das mais variadas entidades e de uma superestrutura, como é o caso da Câmara de Vereadores, na defesa do Banrisul público e estatal. Essa ampla defesa passa, por óbvio, primeiro, pelas ameaças sistemáticas que o Meirelles tem feito em colocar no centro da negociação do pacote da dívida com os Estados, a necessidade, entre aspas, de privatizar o Banrisul. Foram os Ministros do Governo Temer que anunciaram que, sim, o Banrisul está na mesa. E fazem sistematicamente uma chantagem para a privatização, Prof. Alex, que preside os trabalhos e tem sido um defensor aqui do Banrisul e das outras estatais. Isso é parte de uma agenda neoliberal, de uma renegociação da dívida do Estado com a União extremamente injusta. Nós nos lembramos muito bem de que houve um acordo que selou essa dívida que começou com R\$ 3 bilhões e o Estado pagou religiosamente com juros absurdos, e hoje o Estado deve R\$ 50 bilhões para a União. Isso é agiotagem! Isso é chantagismo! Isso, de fato, quebrou o Estado do Rio Grande do Sul, assim como a Lei Kandir, quando o Estado perdeu os impostos sobre os produtos da importação. E não o discurso falacioso que vemos na agenda neoliberal de repassar para as funções do Estado a responsabilidade da crise. Essa agenda está em curso pelos Governos, neste momento em que o Governo Temer tem nove Ministros indiciados para investigação, estão na lista do Fachin, nove Ministros! Um Governo ilegítimo por muitas causas que poderíamos arrolar aqui na tribuna. Nós sabemos que a agenda deles é avançar em reformas antipopulares e antitrabalhadores, entre elas a da previdência; a terceirização, que foi um escândalo, votada por um Congresso apodrecido, na calada da noite, no dia 22 de março, e sancionada no dia 31 de março, no dia da paralização, que é uma devastação sobre o conjunto dos direitos dos trabalhadores; e agora, a reforma trabalhista.

E nesse bojo de ataques também está, por óbvio, a privatização do Banrisul. O Ver. Cecchim falou aqui na defesa do Banrisul, e durante a votação da nossa moção de apoio ao Banrisul tivemos o amplo apoio dos Vereadores, vinte e cinco votaram a favor do Banrisul estatal. Mas o governo Sartori está indo para cima de funções claras de Estado. A CEEE, a Sulgás, a CRM, a extinção das fundações e a própria vinculação de tirar o plebiscito para as decisões com relação às nossas estatais é um ataque brutal.

A possibilidade de o povo escolher, e, sobretudo, há uma resposta que houve no movimento de massas em 98, diante das privatizações anteriores, que nós vivemos. Porque a receita dos governos é clara! É o que Marchezan está fazendo agora na Carris: sucateia, sucateia, sucateia para dizer que tem que privatizar! Ele sucateia! Ele deixa acéfala, ele não bota investimentos! E aí está dizendo que tem que privatizar, porque a Carris não pode dar déficit, enquanto os governos trabalham para dar déficit.

Então, mesmo que não esteja na agenda, e nós acreditamos que esse movimento é fundamental para que não entre na agenda, é fundamental a mobilização dos trabalhadores bancários. Trabalhadores, nos quais eu me incluo, estou licenciada, mas sei das metas abusivas, da falta de funcionários nas agências, dos enormes problemas que a categoria sofre na pele, diante de uma lógica, de tentar impor uma lógica de banco privado no banco público, e ter que responder sim ao pequeno agricultor, que tem que responder aos trabalhadores, e que embora seja um banco com esse amplo enraizamento nas menores cidades, nas que mais tem vinculação com o nosso povo trabalhador, sofre com o sucateamento ao longo dos anos, sobretudo os nossos colegas lá nas agências. É fundamental esse movimento pró-ativo de uma unidade em defesa do Banrisul, contra qualquer política de privatização.

Concluo, Presidente, essa agenda preventiva, no sentido de evitar a revogação do plebiscito da nossa Legislação Estadual. É um dos pacotes do Sartori que está na Assembleia Legislativa. Os colegas da CEEE, da Sulgás, da CRM, das fundações, fizeram uma bela manifestação, ontem, na Praça da Matriz, que seguem lutando pela reversão de um pacote que destroi a concepção do estado que planeja, do estado que investe, o estado que tem responsabilidade com o meio ambiente, como a questão da Fundação Zoobotânica e que, nesse meio tempo, nós do banco também temos de nos precaver, no sentido da defesa desse banco importante. Banco esse que não foi privatizado em 1998, fruto da mobilização, e que não vai ser privatizado agora, fruto da mobilização, de novo, de uma categoria valorosa e de uma ampla unidade em defesa do Banrisul. Parabéns pela intervenção e contem conosco.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): Obrigada, Ver.^a Fernanda Melchionna, que, como bancária, fala com muita propriedade a respeito do assunto.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Deixamos mais uma vez aqui, bem clara, a nossa posição. Quero até salientar alguns aspectos fundamentais da nossa passagem pela Assembleia. Se vocês não sabem, o Presidente deve saber, acredito que saiba, quando fui Deputado, apareceu um zunzum na Assembleia, inclusive, um banco de São Paulo estava aí, para vender o cartão do Banrisul. E este Deputado se movimentou, pois queriam vender esta joia rara. (Mostra o cartão.) Ver. Oliboni, isso aqui tem um valor inestimável, em todos os

sentidos. Queriam vender essa marca para um banco de São Paulo. Nós nos movimentamos e não deixamos nem prosperar, na Assembleia Legislativa, esse assunto.

Também quero dizer que o Banrisul possibilitou que o meu projeto dos biombos, aquele projeto meu acerca dos biombos entre os caixas, pois não havia. Esse projeto englobava, primeiramente, a Capital, agora vai chegar ao Interior, em cidades menores. Hoje já protocolei aqui na Casa proposta para colocar também os biombos nos caixas eletrônicos, porque hoje a maioria das pessoas saca nos caixas eletrônicos; o tempo vai mudando e a tecnologia vai se acentuando e a insegurança é terrível. Isso evita a famosa “saidinha de banco”: uma pessoa fica lá dentro olhando quem pega dinheiro e se comunica com outro lá de fora. O Banrisul foi pioneiro nessa ação, por exemplo, depois os outros bancos vieram atrás. Então, até nisso o Banrisul é um exemplo, no nosso Estado, de tranquilidade nesse aspecto de segurança. Só quero salientar aqui que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. O Badesul, no meu entender, não dá para comparar com o Banrisul, o Banrisul é bem melhor, o Banrisul é o nosso banco, não tenho nenhuma dúvida com relação a ele, já o Badesul, tenho uma relação de mais de 800 milhões de dívida e tem uma sindicância. Discordo em parte quando dizem que o Banrisul não coloca políticos, coloca sim, em alguns aspectos, tem o lado político. O Banrisul é de Estado, não de Governo. Ele é um símbolo para nós, Presidente, de um valor inestimável. O Banrisul é do Estado, independente de Governo. Chamo a atenção que neste momento em que o Estado foi quase quebrado pelo PT, naturalmente querem também levar de roldão o Banrisul nessa circunstância, como se fosse resolver uma questão de má administração e gestões calamitosas de vários governos que prejudicaram o Banrisul, mas ele vem se sustentando. É bom dizer que o Banrisul é um banco que é regido pelas leis do Banco Central, portanto, é fiscalizado. Os diretores têm que passar pela apreciação da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa e aprovados pelo Banco Central. É um banco legítimo que tem todas as suas prerrogativas e que não podemos deixar, nesse momento de crise, que se leve a joia rara que temos, que é o Banrisul. Ou vocês acham que os outros Estados que venderam os seus bancos resolveram a sua situação econômica? Não, ao contrário, ficaram piores, porque não têm um banco da estatura do Banrisul, bem administrado e, como disseram aqui, fomenta lá no Interior a agricultura, a pecuária, o pequeno, o micro, o médio, fomenta em todo o sentido a economia. Então, temos que separar o joio do trigo. O Banrisul é uma questão diferenciada que tem o nosso apoio e que tem que valorizar, sim, as raízes do Rio Grande quando ela é bem administrada. Hoje quero falar só do Banrisul, cada caso é um caso. O Banrisul eu conheço, o Banrisul nós não queremos que venda. “Se vender não tem mais volta”, é o que diz aquela faixa ali, que vem mostrar a realidade do Banrisul. Portanto, aqueles que pensam em privatizar o Banrisul não conhecem o Rio Grande, não conhecem o vínculo do Banrisul com o Rio Grande e não sabem o que faz de bom o nosso banco. Parabéns, Presidente, estamos na mesma causa! O Banrisul é nosso e vai continuar nosso! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em primeiro lugar, eu quero parabenizar o Sindicato dos Bancários, que está com uma campanha muito forte e muito firme e traz, como ficou comprovado na fala do Gimenis, dados muito consistentes, que nos ajudam a defender essa causa tão preciosa e a dar uma melhor compreensão à sociedade gaúcha sobre o tema do Banrisul. Num olhar rápido, pode-se pensar que banco é banco, lucra para si, enfim, para que um governo vai ficar tendo agências bancárias?

Nesse sentido, eu quero trazer outros argumentos, que o próprio material do Sindicato nos franqueou. Um deles, Ver. Oliboni, eu acho fundamental: é o tema da saúde. Nós todos vimos a crise dos hospitais desde o início do Governo Sartori, que parou de repassar recursos, uma crise total, com médicos não recebendo e com fechamento de leitos. O Banrisul foi acionado e acabou repassando, agora, R\$ 200 milhões através do Funafir, um fundo de apoio financeiro aos hospitais privados com ligação com o SUS, hospitais filantrópicos, hospitais que têm leitos públicos. Receberam recursos, recursos que estavam faltando, gerando um impacto nefasto para o funcionamento e a sobrevivência dos hospitais, mas, diretamente, para a população do Rio Grande do Sul. É importante que Vereadores que defendem a privatização e que vêm aqui, Ver.^a Fernanda, inclusive, cobrar que o Prefeito Marchezan não está acelerando as privatizações e que defendem que o Estado seja enxuto escutem isso, porque a que custo um banco privado emprestaria dinheiro para os hospitais para poder sair de uma tamanha crise econômica que os hospitais vêm vivendo diante de tantas demandas da população ainda não satisfeita?

Também me chamou a atenção o Gimenis falando sobre as 96 cidades que só têm agência Banrisul. Aqui, quando nós defendemos a moção, lembrava que a maioria das contas – e aqui está também do material – é conta de trabalhador no Banrisul. É um banco inclusivo, é um banco que desburocratiza e dá acesso a quem vive da renda do seu trabalho, a quem ganha um salário mínimo, dois salários mínimos. E Banricompras possibilitando o parcelamento; muitas vezes a pessoa não consegue cartão de crédito e tem no Banricompras a facilitação para fazer as pequenas compras no orçamento da família para poder jogar no tempo a aquisição necessária. Isso aí é de um valor extraordinário.

Eu chamo atenção para um outro valor, e eu sei porque nós encaminhamos muitos grupos de cultura que queriam financiamento do Banrisul; eu não sei se isso se mantém agora nessa gestão, mas até a gestão do Governador Tarso Genro se alterou a forma de patrocínio de feiras nas pequenas cidades do Estado inteiro que fazem a sua festa relativa à sua economia local – eu dava aqui o exemplo de Veranópolis, minha terra natal, que tem a festa da maçã. Há aquele pequeno recurso que o Banrisul distribui através de edital para as cidades do Rio Grande do Sul inteiro, que financia a sua festa regional, o fomento econômico, e o Gimenis chamou muita atenção, apropriadamente, da autonomia do Estado em induzir desenvolvimento econômico. E é impressionante,

para uma pequena cidade, a movimentação, a atração de negócios... Em Veranópolis, que tem a produção de máquinas agrícolas, como é importante que aconteça aquela festa, que aconteça aquela movimentação. E o Banrisul está lá, está lá junto às cidades do Rio Grande do Sul.

Então, acrescentando alguns argumentos e dizendo que nós escutamos a Bancada do PMDB dizer que o Governador não vai privatizar, mas nós temos um Presidente chantagista, não só em termos de venda de patrimônio, mas agora, para poder passar a sua reforma da previdência, disse que os Estados e os Municípios estão fora, mas está condicionando Estados e Municípios a fazerem suas reformas, que vendam seus patrimônios, e a concentração de recursos que a União tem faz com que tenha muito força diante dos Estados e Municípios. Portanto, essa campanha que nós queremos apoiar, fortalecer, a Frente Parlamentar que o Ver. Airto tomou a iniciativa, mais uma vez, de reativá-la este ano, vai trabalhar, vai funcionar, a nossa Câmara de Vereadores tem o maior apressado pelo nosso banco, o Banrisul. E nós vamos cerrar fileiras para que ele nunca seja vendido, para que ele se torne, cada vez mais forte, mais poderoso, mais inclusivo, indutor de desenvolvimento, símbolo da nossa marca de gaúchos e gaúchas que não vendem, não abrem mão do seu patrimônio, como não vão abrir mão de outros patrimônios, das fundações, da produção de conhecimento neste Estado. Parabéns, bancários e bancárias! Não é uma luta corporativa, é uma luta pela autonomia do nosso Estado, pelo desenvolvimento econômico, pela capacidade que nós temos de encontrar soluções para o nosso povo e a nossa gente! Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente, Ver. Prof. Alex; toda a diretoria do Sindicato e o movimento em defesa do Banrisul, os colegas Vereadores e Vereadoras, o público que acompanha a nossa Sessão no dia de hoje. É lastimável vermos alguns governos adotarem uma política privatista, depois de tantos anos de luta, para instituir determinadas autarquias, fundações, instituições, que, na verdade, olhando de longe, de fora, não só a sua utilidade, mas também o que elas representam para o cidadão do Estado, do País ou do Município de Porto Alegre. E, por incrível que pareça, alguns se movimentam exatamente para poder não só capitanear isso com uma relação de governo, muitas vezes acontece inclusive antes da campanha. Eu não tenho dúvida de que o Banrisul, já há muito tempo, há muitos anos, vem sob uma certa lógica de que é possível ter o Banrisul como uma forma de barganha. Não é só porque o Governo Federal tenta fazer ou tentou fazer, isso já aconteceu em outros momentos, e nós temos que ser muito resistentes. E os servidores do Banrisul, neste caso, são, sem dúvida alguma, a grande alavanca para contrapor e levar as informações claras e precisas aos deputados estaduais ou aos parlamentos, que, por sua vez,

expressam sua vontade de uma forma mais democrática, se indignam com essa ideia privatista. Não é diferente em nível nacional, não é diferente em nível municipal.

Creio que a grande ferramenta que há na defesa do Banrisul foi a criação de uma lei em favor de plebiscito, que foi a grande alavanca para não acontecer a privatização. Eu duvido que, acontecendo o plebiscito, a população vá concordar com a privatização do Banrisul. Não foi por acaso que, inclusive, o próprio Ver. Airto Ferronato falou aqui que, lá na sua cidadezinha, na sua terra natal, tem um único banco, que é o Banrisul. Assim como tem lá em André da Rocha, o menor município, e tantos outros municípios, porque o banrisul não é só nosso, apesar de ter se consolidado como sendo um banco gaúcho, mas que, acima de tudo, não tem essa lógica dos grandes bancos particulares que dá a impressão de juros cada vez mais altos. E esses bancos públicos é que baixam os juros e que ajudam a controlar o mercado.

Então, não tem como nós aceitarmos esse tipo de política privatista, tem que ter atitude, como por exemplo, o Governo de Porto Alegre tem que ter atitude para não privatizar a Carris e, antes de não privatizar, tem que ter coragem de dar a ela condições de vida e mostrar sinalizações: reduzir CCs, e uma série de questões que lá ou aqui nós estamos discutindo, e vamos continuar discutindo numa Frente Parlamentar em Defesa da Carris, trazida pelo colega Ver. Roberto Robaina. É nesse sentido que também me somo à iniciativa do Bancada do PT de indignação, e esperamos que de fato essa maioria, na Assembleia Legislativa, contra o Banrisul, jamais se estabeleça. Pelo contrário, cada vez mais precisamos ter adesões dos deputados de não permitir jamais que tanto ele como a CEEE, como tantas outras empresas possam ser privatizadas. Boa luta, estamos com vocês companheiros.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): Gostaria de anunciar a presença do Ver. Rodrigo Costa, da cidade de Veranópolis. Um grande abraço, seja bem-vindo a esta Casa Legislativa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, meu caro Gimenis, em seu nome cumprimento os valorosos servidores do Banrisul. Eu, como muitos, e acredito que como a maioria dos gaúchos, sou do Banrisul. O meu banco, o nosso banco. E eu tenho a convicção, diferente de muitos, de que o Banrisul não será privatizado. Porque a maioria do povo do Rio Grande do Sul quer o Banrisul público. Nós queremos, sim, mais postos de atendimentos, mais pessoas atendendo no Banrisul. Nós não somos contra a alta tecnologia porque ela tem nos ajudado, mas queremos pessoas de carne e osso atendendo os idosos. Como é importante isso. Em algumas agências, não em todas, mas na agência do Tudo Fácil há funcionários que fazem algumas orientações. Eu queria que o banco tivesse, nas grandes agências, um orientador ou uma orientadora, porque muitos aposentados e pessoas idosas necessitam desse tipo de auxílio. Mas eu também queria - ao saudar o Ademir, saúdo todos os

outros dirigentes que estão aqui - que nas grandes agências tivesse também um brigadiano do lado de fora, atento, observando para não termos aquelas tristezas que ocorrem nas saídas dos bancos, principalmente para as pessoas idosas, com os roubos que existem. E eu quero dizer que, aqui nesta Câmara, tem uma ampla maioria pró-Banrisul. Uma ampla maioria! Na sociedade também. Nós estamos com vocês, não hoje para mostrar a camiseta que vocês nos deram ou para mostrar a nossa conta no Banrisul; nós queremos estar com vocês na praça, na rua, na frente das agências. Mas nós vamos fazer um movimento também com os nossos colegas Vereadores de todo o Rio Grande do Sul. Hoje mesmo vou postar, numa grande rede que nós temos de Vereadores, que nós aqui estivemos com vocês; que nós falamos aqui em defesa do banco; que nós vamos querer que, em cada Município, na Câmara de Vereadores, se faça alguma atividade, para que nós possamos, Gimenis, espalhar esta voz pelo Rio Grande do Sul afora.

O Banrisul é nosso. Nós queremos o Banrisul cada vez mais público.

Antes, o Carús falava e cobrava algumas questões aqui no plenário acerca do Governo Federal, do nosso Governo Lula/Dilma. Eu quero, sim, fazer uma autocrítica aqui. Se nós tivéssemos sido mais ousados com o Banco do Brasil, se nós tivéssemos sido mais ousados com a Caixa – e nós deveríamos ter sido, principalmente no Banco do Brasil –, o Banco do Brasil nunca estaria sob ameaça. Por isso que, sim, sou daqueles que acha que não somos perfeitos. Às vezes, lutamos pouco. Em nível federal, Carús, nós devíamos ter batalhado mais em defesa do Banco do Brasil e não deixado alguns tucanos mandar no Banco do Brasil. Mas nunca é tarde para aprender. Aprendemos. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Sr. Presidente do Sindicato dos Bancários, orador desta tarde; servidores do banco; todos que nos acompanham pela TVCâmara; eu quero, primeiro, responder à Ver.^a Sofia, que me questionou gentilmente se eu gostaria de usar a camiseta, e eu disse que gostaria, desde que aquela frase fosse endereçada ao Governo Federal. Porque “Se vender não tem mais volta”, que é uma bandeira legítima de defesa do Banrisul público, forte e para todos os gaúchos, deve ser endereçada ao Governo Federal. Porque já houve uma manifestação muito clara, primeiro do Secretário Estadual da Fazenda, Giovanni Feltes; depois da Bancada do PMDB na Assembleia Legislativa; e do próprio Governador, que, nos ajustes fiscais que são necessários para recuperar as finanças do Rio Grande – que é um desafio para o futuro e para as futuras gerações de gaúchos –, o Banrisul não estava em jogo.

É bem verdade, e os jornais davam conta disso na semana que passou, que o principal adversário, talvez, da manutenção do Banrisul público, da centralização

exagerada de recursos na União e da falta de solidariedade com os Estados que penam com a redução dos repasses federais, é o Ministro Henrique Meirelles - por uma coincidência, Ministro da Fazenda nos governos Lula e Temer.

E não é o fato do Presidente da República Michel Temer ser do PMDB que vai me colocar um cabresto, mesmo sendo Vereador do PMDB aqui em Porto Alegre, em determinadas questões; uma delas é a reforma da previdência. Uma reforma que afeta diretamente o direito dos trabalhadores, e, no caso aqui no Rio Grande do Sul, mexe em pontos fundamentais da aposentadoria rural, ou seja: interfere na base econômica do nosso Estado. E é uma reforma da previdência que encobre uma reforma de muito maior necessidade para o país e que vai repercutir, se fosse realizada com seriedade e urgência, na recuperação das finanças do Rio Grande do Sul, que é a reforma do pacto federativo, por exemplo, Ver. Dr. Thiago - que é um tema que a União não quer enfrentar. A União não quer estender a mão para os Estados porque para a União é conveniente, Ver. Cassiá Carpes, com a situação de que os prefeitos perambulam pelos gabinetes com os pires na mão; que os governadores – como fez o Governador Sartori, por duas semanas seguidas – articulem junto ao Congresso e se deparem com dois adiamentos da votação do projeto na Câmara dos Deputados que prevê o plano de recuperação econômica dos Estados. Da mesma forma, o projeto da terceirização, tirado da gaveta da Câmara, uma proposta velha, surrada, que estupra a CLT de 1998, foi aprovada; terceirização essa aprovada pelos Deputados Federais que vai precarizar o serviço público acima de tudo. E ela não fala em contratos temporários. Então trago aqui esses temas e vou encerrar com a manifestação de um economista que tem uma orientação até muitas vezes contrária ao tamanho do Estado, que é o Eduardo Janete, que esteve aqui no Fórum da Liberdade, um evento de orientação liberal. Mesmo com a postura contrária, por exemplo, a alguns temas, como a manutenção do Banrisul público, que nós somos favoráveis e entendemos que em muitos Municípios do Rio Grande do Sul e bairros de Porto Alegre é o único espaço onde está lá a presença do Estado. É o Banrisul, do estado latu senso em muitas cidades do Rio Grande do Sul é o que acontece. Disse o Eduardo Janete que é preciso trabalhar pela manutenção dos recursos onde eles são arrecadados, não permitindo que exista evasão dos recursos arrecadados pelos Município ou pelos Estados centralizados pela União. Isso faz com que nós tenhamos que avançar em uma discussão mais profunda sobre os recursos que são deslocados para Brasília para que sirvam para atender exclusivamente as competências que são do Governo Federal, e não retira dos Estados, não retira dos Municípios a sua capacidade de investimento. Falta vaga na creche? Faltam recursos para qualificar os serviços públicos? Porque está tudo em Brasília, gente. E se nós queremos um País sério, nós temos que não fazer reforma tributária ou terceirização como pauta agora. Nós temos que enfrentar reforma tributária e reforma do pacto federativo. Esse é o caminho que nós temos que perseguir. E vejam até que aqueles que são economistas, que trabalham e estudam a realidade e a formação da história econômica no Brasil, defendem isso, que é preciso reduzir a centralização de recursos da União. É o que disse o Eduardo Janete, no Fórum da Liberdade, que é preciso fortalecer os recursos que são arrecadados por Estados e Municípios, para que fiquem

aqui e possam atender bem os cidadãos daqui, porque não é na União que vive o cidadão, não é no Estado, são entes abstratos, o cidadão vive nas cidades e é aqui que as coisas acontecem e precisam ser melhoradas. Nossa solidariedade e apoio, assim como o Governador Sartori e toda a Bancada do PMDB na Assembleia, à manutenção do Banrisul público e dos gaúchos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: “Manutenção do Banrisul público e dos gaúchos”, muito boa a frase de fechamento, Vereador! Quero cumprimentar todos aqueles que me antecederam, especialmente o Presidente, Ver. Prof. Alex; quero também cumprimentar o Sr. Everton Gimenes, que traz aqui ao nosso plenário uma delegação de bancários, em especial a representação do Sindicato, quero aqui também fazer referência e agradecer ao Sindicato que foi parceiro lá no meu primeiro mandato, quando nós fizemos o projeto de lei e conseguimos aprovar aqui na Casa, naquela oportunidade, a redução na espera nas filas de banco para 15 minutos, em Porto Alegre, uma atualização da legislação do Ver. Juarez Pinheiro, e conseguimos. Então, hoje é uma realidade em Porto Alegre, não só no Banrisul, mas em todo o sistema financeiro, que, ao longo dos trimestres, dos bimestres sempre acumula muitos rendimentos, e nos parece que é importante que a gente possa ter essa ferramenta também pública e dos gaúchos e termos o Banco do Estado forte, vivo, ativo, renovado. Viemos aqui reafirmar essa nossa compreensão e corroborar também com a manifestação do Everton, reforçando e reiterando alguns dados que a entendemos relevantes na defesa da manutenção do patrimônio público, especialmente daquele que rende dividendos para o Estado e para o povo gaúcho, quais sejam, o fato de que o Banrisul está presente em 98,5% do território do Rio Grande do Sul com 536 agências, 698 postos de atendimento espalhados em 347 Municípios; em 87 cidades é a única agência bancária disponível; a Instituição fomenta o desenvolvimento da agricultura, sobretudo a familiar, de pequenas e médias empresas; e pode ser uma excelente ferramenta para os programas do Governo Estadual, a exemplo do microcrédito, praticado em gestões anteriores ao atual Governo. Além disso, é um Banco sólido e lucrativo, com patrimônio líquido 6,7 bilhões e que registrou lucro de 643,5 milhões em 2016. Então, a gente que vive a realidade - e puxando um pouco para o lado da minha atividade profissional, e que trabalha vendendo sonhos, a gente vende as casas próprias, o corretor de imóveis é aquele que vende o sonho de uma família ter uma casa própria - então, a gente ter um banco próprio, mal comparando, é quase um sonho, ainda mais com esses altos índices de rendimentos, rentabilidade, proporcionando a capilaridade. Chega lá na ponta, viabilizando situações e ferramentas de investimentos, como já foi dito aqui, da agricultura familiar, para quem mais precisa, para as comunidade mais carentes do Rio Grande, espalhadas por todo o território do Estado. Mas especialmente falando de Porto

Alegre, acho que, quando se trata de uma ferramenta tão poderosa, quanto um Banco do Estado do Rio Grande do Sul, nós precisamos parar um pouco e refletir, às vezes é preciso dar um passo para trás, para dar dois para frente, e ver o que está em jogo. Que bom que a gente tem a oportunidade de, nessa tribuna, se manifestar, reiterando a nossa posição e a do nosso Partido, que segunda anunciou a saída do atual Governo, reiterando e corroborando com a presença do Sindicato e dos trabalhadores do Banco e reafirmando a nossa posição pela manutenção do Banrisul. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely.

Está encerrado o período de Comunicações. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h18min.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga – às 16h21min): Estão reabertos os trabalhos. Dando continuidade às Comunicações, este período é destinado a tratar da divulgação do filme Central, produzido por Panda Filmes, trazido pelo Sr. Jorge Luiz de Oliveira Gomes, protagonista do filme.

Vamos proceder à exibição do *trailer* do filme Central

(Procede-se à apresentação em vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): O Sr. Jorge Luiz de Oliveira Gomes está com a palavra.

O SR. JORGE LUIZ DE OLIVEIRA GOMES: Boa tarde, senhoras e senhores. É um prazer poder estar aqui falando com vocês. Permitam que eu me apresente: 447633. Os senhores devem estar se perguntando por que 447633. Quando um homem vai preso, ele deixa de ser um homem, deixa de ser um ser humano e passa a ser um número no PEC – Processo de Execução Criminal. Eu estou aqui hoje para falar da LEP, mas, antes, não posso deixar de cumprimentar o meu amigo Márcio Bins Ely; o meu amigo Thiago Duarte; o meu irmão, que me deu oportunidade de emprego, Rodrigo Maroni; estendendo os meus cumprimentos a todos os integrantes da Casa.

Eu não posso deixar de falar que ouvi recentemente do Dr. Amorim, agente público da Justiça, que preso bom é preso morto – talvez ele tenha razão, vocês vão ver, ao longo da entrevista, que eu não penso muito diferente. Também vou lembrar que, no próprio filme, no *tape* que não apareceu aqui, o Dr. Gilmar Bortolotto fala que a sociedade quer uma revanche, e talvez esteja certo. Quando está todo mundo lá, eles acham que preso é melhor morto; mas, quando cai um filho ou um parente, as coisas

mudam, vão chorando lá dizer que essa pessoa não é merecedora daquele tratamento – pimenta nos olhos dos outros é sempre frescor.

Eu estou aqui para falar da LEP e do sistema carcerário, num País onde são desperdiçados R\$ 50 bilhões por ano em corrupção. Com certeza, somos o primeiro lugar no mundo nesse quesito. Fiquei surpreso ao me deparar com esse dado na Internet, um primeiro lugar que nós não queríamos ter. Antes da introdução da LEP, não devemos deixar de mencionar a recepção em nossas DPs, onde os enfermeiros e os paramédicos, afinal, um preso ou um paciente, investidos nos cargos de policiais, independente do grau de periculosidade do preso, dispensam a ele um tratamento que constrangeria a Gestapo de Hitler, em um ambiente que faz as masmorras da Idade Média parecerem suíte de hotel cinco estrelas. O transporte para as DPs é algo fabuloso: imaginem um saco de batatas aberto na carroceria de uma caminhonete – não devemos nos esquecer que as batatas estão algemadas com as mãos para trás. Não considere a hipótese um acidente de trânsito, pois os motoristas dessas ambulâncias são extremamente zelosos e respeitosos com as leis de trânsito. A recepção no PCPA é algo *glamouroso*, pois, antes do constrangimento da revista íntima, somos escoliados dos nossos pertences, já com o aviso de que não mais os veremos; mas, se você demonstrar bastante interesse em reavê-los e se estiver disposto a pagar por seus pertences, depois do expediente, um dos presos que trabalha com a polícia abrindo e fechando cadeados, irá lhe trazer o que já era seu por um preço bem superior ao que o senhor pagou na loja. Novamente, a lição número um da prepotência, sendo que após nós termos nossas vestes cortadas, rasgadas para não esquecermos o dejetos a que fomos guindados, lembro que somos pacientes e devemos ser reeducados para o convívio social. Belo exemplo para disseminarmos na nossa reinserção à sociedade. Se cheguei até aqui é porque tive que engolir muitos sapos dessa natureza.

LEP. Parodiando o terceiro mundista dinamarco, da Dinamarca, existe algo maravilhoso na República Federativa do Brasil, para inglês ler, com espírito humanista chamada LEP Para o apenado interessa o direito, pois segregado, coercitivo, dos deveres são da competência do Estado. Em seu art. 2º, parágrafo único, a lei diz que será aplicada tanto aos condenados quanto aos presos provisórios, ou seja, o benefício da presunção de inocência já é rasgado de plano, pois é dado tratamento igual a desiguais, não levando em conta que o preso provisório poderá ser inocente. Já no seu art. 3º, ratifica o possível, o provável erro do julgador e do legislador ao afirmar que assegurará direitos não atingidos pela sentença ou pela lei, letra morta, posto que sem qualquer objetividade, sem qualquer especificação na sua aplicação, indaga-se: Como? De que forma? Qual o exemplo? Em que situação se aplica? Como se regula? No art. 5º outra fantasia, pois afirma que os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade para orientar a individualização? Se o contato com o psicólogo é um mero registro estatístico, esporádico, que não passa de 5 minutos? Onde está a individualização da reeducação para a reinserção social? Somos pacientes? Como, se todos estivessem acometidos da mesma doença e por isso tivessem que ser medicados com o mesmo tratamento e de igual dosagem. Os animais por serem irracionais são tratados de melhor forma.

Os arts. 5º ao 9º são letras mortas, posto que sua aplicação é inexistente, ou será que existem testemunhos nessa e em outras instituições reeducandas? A melhor lição ensinada é a de que se deve fazer que não é feito e o tempo se encumbirá no esquecimento, o círculo vicioso que todos conhecem de cor e salteado. Se eu me tornar um pouco chato, me perdoem, mas eu senti tudo isso o que estou falando na minha carne. Art. 11 Da Assistência: convido-os para almoçar ou jantar nas galerias sem temor de qualquer violação física, e vocês viverão a experiência poderão narrar os fatos. Eu mesmo já disse em uma outra palestra que se vocês tiverem um cãozinho em casa e derem a ele a mesma alimentação que lá receberíamos, ele ficará seu inimigo e lhe morderá logo em seguida. Da saúde: as consultas seriam cômicas se não fossem trágicas; dignas de verdadeiras comédias. Isso aqui é um pequeno exemplo: um reeducando, sem condenação, com problema pulmonar foi encaminhado à enfermaria para consulta médica e voltou em dez minutos. E perguntei: “Já voltaste?” E a resposta foi: “O médico não veio, me deram um Dórico em gotas.” Perguntei: “ porque te chamaram se não tem médico?” É elementar, vale o que ficou registrado, pois existe uma requisição e uma ficha de atendimento. Sem contar que o atendimento é feito através de um alambrado. Não é em vão que o PCPA é considerado o pior presídio da América Latina, isso que estamos falando do terceiro mundo. Jurídica, não posso falar, porque muito pouco ou pouco conheço, do que quase não existe. Seria injusto, até mesmo porque são mais de 4.300 presos e eu não tive qualquer assistência. Condenado, mas o benéfico da presunção da inocência inexistente. Quem muito me ajudou foi a Defensoria Pública. Pergunta-se: como deixar a cargo de meia dúzia de profissionais a situação dramática de mais de 4.300 encarcerados, isso só no PCPA. Educacional: ninguém nasce criminoso. Nos termos da escola lombrosiana, algum momento da vida, em uma determinada situação desesperadora ocorre infortúnio, deslize, por culpa ou dolo, mas a lei é implacável, o que vale dizer que somos vítimas do próprio Estado que já esqueceu que prometeu e jurou na propalada Constituição Cidadã decretada pelo saudoso Ulysses Guimarães. A educação já é ineficiente para os nossos pequeninos, os nossos filhos e crianças, como querer iludir que os apenados terão aprendido em nossos presídios? Pois, se fosse adequada, quando isentos de culpa, certamente não haveriam condenados. Nunca esquecendo que mais da 50 bilhões de corrupção são anualmente desperdiçados neste País. Como falar em reinserção social, se funcionalmente são sonogados? Estatisticamente sabe-se que menos de 2% dos apenados são letrados, mas 99,9% são pobres, miseráveis, ou seja, a cadeia não é feita para rico, isso posso garantir. A vida exterior, fora do presídio, é dinâmica, informatizada e todo e qualquer trabalho é dirigido pelo computador. Então, como reinserir um ex-detento no mercado de trabalho extremamente competitivo, sem treinamento mínimo necessário e adequado? Equivale a mandar um soldado para a guerra sem armas. Nessas condições, o reeducando voltará sem chão e o caminho lógico será a reincidência no crime. Então, temos a falência do Estado de Direito ou devemos sofrer uma lobotomia para não pensarmos quiçá a implantação da pena de morte? Como vimos até agora a LEP é um conjunto de intenções absolutamente inexecutável, dado o volume de apenados e presos provisórios existente no País, não sendo a causa do

problema, mas apenas mais um ramo da consequência, haja vista termos que considerar os nosocômios e os cemitérios. Imaginemos se tivéssemos 40 bilhões de reais a mais todos os anos para investirmos na saúde e na educação, aqueles desperdiçados na corrupção. Assistência social, criada com a finalidade de amparar o preso e internado preparando-o para o retorno à liberdade, constitui-se mais uma ficção jurídica porquanto existe a apenas na teoria e no ensino acadêmico. Ressalte-se que o maior temor do preso é o retorno à liberdade, posto que sai totalmente desamparado, perdido no tempo e no espaço, sem falar no preconceito e na pecha de ser um ex-presidiário. Onde estão as entrevistas com psicólogos? Onde estão os diagnósticos se nada foi feito? Onde estão os diagnósticos de acompanhamento das saídas temporárias? Quais saídas? Onde está a recreação? Existe a família do preso ou mesmo das vítimas que tiveram amparo ou orientação por essa assistência social, se mesmo os inocentes a possuem? A fraude na existência de assistência social ao egresso está na própria estatística da reincidência do crime. Para cada percentual de atividade assistencial, tem a mesma correspondência na diminuição da reincidência, a começar pela reeducação da própria população, principalmente, no que concerne ao preconceito em relação ao egresso. Hoje pela manhã, eu ouvi uma notícia de que o Brasil é campeão em reincidência, chega a 70%. Reza o art. 28 da LEP, que o trabalho pelo apenado tem como dever social e condição de dignidade humana, fins produtivos e educativos, com segurança e higiene, visando sua reinserção e autoestima. Pergunta-se: qual trabalho? Deve ser considerado um universo de pessoas com profissões e formações absolutamente distintas. Como falar em trabalho para os apenados, se existem centenas de milhares de desempregados, subempregados e pessoas sem atividade perambulando pelas ruas e batendo de porta em porta?

Ainda no art. 29, se fala em remuneração não inferior a três quartos do salário mínimo. Mas, se não existe trabalho, como falar em remuneração? Sem esquecermos que, neste País, ainda encontramos trabalho escravo. Temos que a ociosidade em nada contribui para qualquer cidadão, muito menos para quem permanece confinado entre grades e paredes sabendo das necessidades dos familiares no mundo exterior. Quanta mão de obra, quanto talento desperdiçado, quanta capacidade jogada fora e colocada à disposição do crime. Veja-se a existência de grupos, como o PCC, Falange Vermelha, ou duvida-se da inteligência de tais organizações? Por que não aproveitar tal capacidade humana, ou é preferível desperdiçar mais de R\$ 40 bilhões anuais com a corrupção, Corrupção endêmica neste País?

Até o presente momento, apenas discorremos sobre o que o Estado se propõe a fazer naquilo que admite ser de sua responsabilidade para reeducar o apenado e reinseri-lo na sociedade, ou seja, naquilo que ainda deixa de cumprir, mas cobra do reeducando comportamento de quem tivesse recebido tal benefício.

Dos direitos do apenado. Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. O desrespeito já começa quando, no início da custódia legal, deposita-se o suspeito, antes de qualquer registro policial, em jaulas, em condições sub-humanas, em condições que não são aplicadas aos animais, provocando revolta até àqueles que não estão submetidos a tais

condições. Desrespeito ao infrator mediante humilhações, agressões físicas e morais, desconsiderada a sua condição de submissão, pior ainda do que se aplicada a lei de talião. No transporte dos apenados e presos provisórios, constata-se a mais absoluta falta de segurança à integridade física, não se cogita conforto, mas apenas de dignidade, a ponto do preso clamar pela sua condenação à revelia quando da transferência das audiências por qualquer motivo. Tais condições instam qualquer segregado à fuga, revolta-o, pois o direito à condição humana é violentado. Não se pune dupla ou triplamente pelo mesmo ato, ilícito penal, eis que o cerceamento da liberdade é a pena bastante cominada em lei. Se a humilhação e a agressão forem normas, a reação não deve ser uma agravante, mas considerada um ato de autodefesa e de sobrevivência, legítimo permissivo legal.

Alimentação suficiente e vestuário. É digno de reportagem, condições de higiene e acondicionamento da alimentação dos nossos presídios. Comumente causa de doenças pelo mal preparo ou pela falta de qualidade, confundida com quantidade, cuja explicação lógica é o interesse financeiro. Não se explica o desperdício pela falta de qualidade ou a falta de melhor asseio no preparo, obrigando o apenado a complementar sua alimentação através do que familiares conseguem trazer da rua ou que consegue adquirir nas cantinas, sempre de forma superfaturada. Não é segredo para ninguém que são os familiares que alimentam os presos. Outrossim, o que possui valor nutritivo é proibido de entrar na instituição carcerária, e, quando permitido, com um custo muitas vezes superior.

Melhor do que ouvir o encarcerado é ouvir o depoimento dos visitantes, que veem subtraídos muitos víveres que trazem a duras penas para seus parentes no cárcere.

No que concerne ao vestuário, o preso usa aquilo que trouxe da rua ou aquilo que lhe é doado por seus iguais, ficando por sua conta e risco objetos necessários para sua higiene e asseio.

O Estado fornece, de forma absolutamente precária, a energia elétrica e a água sem a devida potabilidade, posto que é acondicionada em reservatórios sem higiene necessária.

Assim temos que o apenado ou preso provisoriamente paga para estar encarcerado, considerando-se o aceitável na alimentação com qualidade e o vestuário em condições mínimas de higiene.

Pergunta-se: como reeducá-lo? Como reinseri-lo na sociedade em tais condições? Será que uma parcela mínima dos R\$ 40 milhões que são desviados anualmente para corrupção não seriam suficientes para tal finalidade? Será que a utilização racional da capacidade laborativa do apenado não seria suficiente para sua sobrevivência digna no cárcere? A resposta nós sabemos e os motivos pelos quais tais medidas não são adotadas nós também sabemos.

Atribuição de trabalho e sua remuneração. Sabe-se que o Estado não tem interesse na contratação do apenado para o labor, pois o compromisso é redobrado, principalmente no concerne à remuneração e ao aspecto político, pois se não consegue dar emprego a milhões de desempregados não condenados judicialmente, como explicar a contratação de internos? Daí está caracterizada uma nova segregação do apenado: o

preconceito. Ex-presidiário é nocivo, é pernicioso. O que dizer daquele que cumpre pena?

Deixar a iniciativa privada investir e obter êxito do trabalho do apenado significa destampar a panela e deixar à mostra a incompetência do próprio gestor público. É necessário fomentar a doença para justificar a produção de remédios, mesmo que meros paliativos fadados a ir do nada para lugar nenhum. Imaginem a iniciativa privada gerenciando uma unidade produtiva, lucrativa dentro de uma instituição carcerária, com uma comissão fiscalizadora, constituída pelos próprios apenados. O risco de dar certo, óbvio, seria deveras prejudicial ao gestor público, pois, além de deixar sem função muitos daqueles que estão no desvio da função pública, traria enormes economias ao erário público. Também é por isso que as instituições penais do Brasil ostentam o título de faculdades do crime. Eis que não é dado o direito ao detento de pensar noutra coisa, qual não seja alimentar sua revolta, no que salta aos olhos e alimenta sua indignação. Quando a lei impõem ao Estado proporcionar ao apenado as condições de dignidade buscando a sua reeducação, a sua reinserção à sociedade, é esse próprio Estado que puxa o tapete, principal responsável pelo seu declínio. Fazemos parte desse mesmo contexto social.

Eu quero dizer para vocês que, enquanto a gente não pensar na reinserção do apenado no mercado de trabalho... Cada homem trabalhando é um bandido a menos. E quando o homem ver a necessidade de bater à porta e a família sentir a falta, ele novamente retornará ao crime, e não porque ele queria, é porque a necessidade o obriga.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): Muito obrigado. Sr. Jorge Luiz de Oliveira Gomes, eu o convido a sentar-se à Mesa.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Eu quero agradecer aos colegas Vereadores que estão aqui. Vocês sabem bem que eu trabalho com uma pauta específica, mas achei fundamental trazer aqui a experiência do Gomes, um indivíduo que eu conheci há cerca de dois anos e que se tornou meu amigo. A Prefeitura de Porto Alegre, na época do Fortunati, deu a possibilidade de o Gomes trabalhar conosco. E por que o Gomes? Justamente porque tem todo um preconceito bem comentado aqui por ele. E eu convido a todos assistir ao filme. Efetivamente, André, nós, que lutamos por política pública e social, temos que dar exemplo reinserindo. Como eu falava, quanto ao Gomes, o juiz assegurando, o Prefeito tendo consciência e o Gomes sendo um apenado, com uma história da qual ele se arrepende bastante, e conta, com o maior orgulho, inclusive escreveu um livro lá e pagou uma pena para o Estado caríssima e para ele também de vida, um indivíduo de 50 anos, que praticamente metade da vida passou dentro de um presídio, foi chefe de galeria, prefeito do presídio, então achei importante trazer a experiência dele aqui, que é contada no filme Central, justamente porque o Gomes não

começou no lado do crime. Com todo respeito, eu convidei o Gomes pela profunda admiração que tenho pela Polícia, e eu contava isso para o Gomes. Para quem não sabe, ele começou como polícia e, na década de 1980, uma parte da Polícia naquele momento resolveu tomar a decisão de começar a assaltar bancos.

Por outro lado, eu tenho vários policiais que trabalham comigo, brigadiano, policial civil, está aqui o Machado, Lopes, pessoal da Susepe, na minha campanha tinham quase 20 policiais trabalhando. E a escolha do Gomes é o reflexo de milhares de pessoas que fazem uma opção errada e pagam caríssimo na sua vida. Eu perguntava ao Gomes, na semana passada, se tinha valido a pena, em comparação aos colegas dele, como o Lopes, que começou na mesma turma de polícia. O Lopes teve uma vida que paga faculdade para a filha dele, é um cara estável, trabalha comigo por opção, e eu tenho a maior admiração de ter o João Lopes como meu chefe de gabinete. Ele não precisaria estar aqui na Câmara de Vereadores. Já o Gomes pagou um preço altíssimo, ficou a metade da sua vida dentro de um presídio, e a dificuldade de conseguir um emprego é enorme, eu comentava isso com um amigo meu. Para quem não sabe, e isso não são dados meus, são dados do Comando-Geral da Brigada Militar, de cada dez apenados que vão para o presídio, nove não são homicidas, ou seja estão lá por furto ou tráfico. Justifica? Claro que não. Ninguém está aqui para defender bandido, quando não se tem uma divisão social. Mas e aquele menino que, com 12 anos, tem a mãe como uma prostituta? Cem por cento das famílias são desestruturadas lá dentro do presídio. Dificilmente tem um preso que tinha uma família estruturada, com pai e mãe. Ou estou mentindo? De nove que entram lá, não é por homicídio, e eles pagam para ficar na sombra. Para sobreviver, dentro do presídio, eles têm que pagar uma conta semanal que é cobrada nas galerias. Ou estou mentindo? E eu pergunto: como o apenado vai pagar para sobreviver dentro do presídio? Ele paga com a própria vida ou fazendo um acordo para, quando sair de lá, virar um homicida. Ou seja, qual é a saída? A saída é entrar lá traficante, ladrão de rádio e sair homicida, ou tu és morto. Ou tu saís de lá com três para matar, da outra facção, ou tu vais ser morto. Essa é a realidade. O preço de um refrigerante, dentro do presídio, custa entre R\$ 30,00 a R\$ 60,00. E há corrupção inclusive para o indivíduo ir buscar no bar, porque não é qualquer apenado que pode buscar. O chefe da galeria decide quem pode buscar. Nós estamos falando aqui da realidade, gente. Eu não sou dos radicais, mas eu confesso o seguinte: pensando profundamente agora, qual é o governador que vai ter coragem de dizer que... De um lado tem a polícia enxugando gelo, porque aqueles que são presos, em sua maioria, são os “canelinha fina”, eu vi, que andam com pistola, que são bandidos, que andam com metralhadora... E hoje a morte é fácil... Verdade. Só que tu vais lá na Cruzeiro e tem 150 “canelinha fina” que, desde os 12 anos, a mãe não tinha o que dar, começou a traficar maconha, foi preso pela Febem e com 18 anos foi preso. E tira lá três “canelinha fina” que o brigadiano ou policial civil prendeu. Para o crime, isso é a melhor coisa. Por quê? Porque tira três e dez minutos depois tem mais três. E são 500 em cada bairro de Porto Alegre. Então o papel da Polícia é enxugar gelo. Ou se defende a pena de morte. E tem muitos que defendem – eu, particularmente, não sou defensor disso. E a maior parte das penas no presídio, Ver. Cassiá Carpes, são oito meses, um ano, um ano e

meio. Oitenta por cento das penas são essas! Não dá tempo do indivíduo fazer formação para nada. Aqueles que não têm Ensino Fundamental, em oito meses não vão se formar; aqueles que não têm Ensino Médio não vão se formar. Não dá para fazer curso de nada. E aí eu pergunto, Ver. Dr. Goulart: qual é a saída?

E isso que o Gomes fala é uma verdade. Eu pergunto, aqui, de forma honesta e sincera: quem sabe de um vizinho que foi preso, não é o comentário da rua? Se o indivíduo vai trabalhar numa padaria de empacotador e sabem que ele passou pelo presídio – não importa se foi roubando um sabonete ou se ele é um matador homicida –, ele permanece no emprego? O olhar da sociedade, de volta, é o mesmo?

E eu pergunto mais: dizendo que tem que ter reforma carcerária – porque lá eles vivem no meio de ratos, e eu fui lá no presídio e vi isso -, qual é o governador de Estado que vai se eleger? Quem é a sociedade que vai aceitar? Argumentando que falta saúde? Falta! Falta educação? Falta! Eu, particularmente, sou defensor dos animais, que não têm nada, estão abaixo da linha, não têm nem verba. Mas eu afirmo: ou é pena de morte ou tem que se discutir claramente que tem que haver uma reforma penitenciária. Porque, senão, sabem o que acontece? Se nós temos 4.800 presos dentro do presídio hoje, aqueles indivíduos que estão lá seguramente vão sair matando, porque ou sobrevive ou mata! E eu quero dizer mais: o próprio comandante dizendo que são 200 policiais militares, que nem eram da Brigada, que ganham mal, são mal remunerados, assim como a Polícia Civil, de cujo trabalho tenho orgulho... Cel. Fraga, eu estou mentindo ou estou falando a verdade? Duzentos brigadianos, uma corporação que eu aprendi a amar por trabalhar com muitos policiais, a respeitar e que hoje, sem viatura, trabalhando para cima e para baixo para enxugar gelo, têm que segurar 4.300 presos? A verdade: no momento que quiserem, saem de lá! Pode dar 500, pode dar um Carandiru, mas se o crime definir que sai, sai! Para terminar, nesse último minuto, Ver. Alex., Ver. Bosco, você acha que 4.500 presos são contidos com 200 policiais? É uma questão numérica, matemática. Uma galeria do tamanho deste plenário, eu fui lá, é do tamanho desta sala, tem 150 e eles têm que se revezar para dormir. Eu confesso, de certa forma, que por algum motivo, talvez celestial ou universal, ainda se mantém lá. E sabem por que se mantém? Porque infelizmente lá alimenta se o crime. O Gomes me contava, em uma ocasião, que eu queria falar do que acontece lá dentro com relação à corrupção, e armas e telefones. E eu vou dizer para vocês, aquilo lá é algo em ebulição. Parabéns à Brigada Militar, parabéns à Polícia Civil por controlar um espaço que é difícil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Ver. Alex, na presidência dos trabalhos. Caro Jorge Luiz de Oliveira Gomes, quero saudar a coragem e a determinação da Diretora desse documentário magnífico, Central, a Tatiana Saga; a coragem da Banda Filmes, do Beto

Rodrigues, baseado e em co-parceria com Renato Dornelles, um grande jornalista – não é, Ver. Bosco? – que escreveu sobre esse tema tão candente do Presídio Central e sobre todos os problemas de segurança pública do Rio Grande do Sul. Quero também fazer uma menção especial ao Brzuska, que é juiz da VEC, da Vara de Execuções Criminais, que tem feito um trabalho ímpar. E não me admira quando um promotor público ou outra autoridade fala o que o Gomes falou aqui, até porque alguns, parece-me, Ver. Dr. Goulart, que nunca passaram numa sala de aula de Direito, mesmo sendo operador de Direito. Eu queria mencionar aqui um livro escrito em 1764, Dos Delitos e das Penas, do Cesare Beccaria, que é um clássico para quem tem preocupações com o Direito Penal, Direito Criminal, porque, antes da edição desse livro, barbaridades, crueldades eram cometidas como a coisa mais natural do mundo, porque tinham de punir e a punição era aquela, brutal. Passados tantos e tantos anos, vejamos que esse livro foi escrito em 1764, Dos Delitos e das Penas, e eu me lembrei que eu tinha de citar, porque o que se vê no Presídio Central é pré-Beccaria. É uma discussão pré-histórica. Onde estão a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais? Por que muitas vezes se fala, como foi mencionado aqui, em criminoso, confundindo os vários tipos de crimes e de delitos. Nós sabemos que o assassinato, a morte é algo penoso, cruel, indesculpável para quem perde alguém. Só que os crimes dessa natureza são algo em torno de 10% no Central. A maioria das pessoas que estão no Presídio Central são pessoas que, inclusive, não têm condenação formada. Portanto, não poderiam estar ali. Isso não se fala, porque falar do tema apenado, família do apenado logo dá uma rebordosa. Logo dá uma revolução. Nós jamais vamos defender qualquer questão que não seja justiça, direito, deveres, afinal de contas, nós defendemos o Estado Democrático de Direito. E nele, não se pode ter uma condenação antes de um trânsito em julgado, antes de uma condenação efetivada, antes de uma sentença. E as pessoas já são sentenciadas, mesmo que saia uma notícia que diga que fulano fez isso ou aquilo. Já está sentenciado, a pessoa já está condenada. É isso que nós temos de debater. Infelizmente, a sociedade brasileira se nega a debater o mundo como ele é, e nós precisamos, por isso eu acho importante este filme, por isso eu acho importante este debate. Lastimo que poucos tenham interesse por esse tema. Em defesa dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana, espero que todo mundo vá ver Central, um grande documentário. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): Obrigado, Ver. Adeli Sell.

(O Ver. Rodrigo Maroni assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maroni): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Muito obrigado, Ver. Rodrigo Maroni, que traz este assunto bastante importante para a nossa tarde de trabalhos e discussões. Eu gostaria de saudar os aqui presentes e o público que nos assiste na TVCâmara, Vereadores e Vereadoras e o Sr. Jorge Luiz Gomes. Infelizmente, ainda não tive a oportunidade de assistir ao filme Central, mas o farei, podem ter certeza. Trago a esta tribuna alguns elementos para a nossa discussão e reflexão futura. No final de 2015, no encerramento dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, Direitos do Consumidor e Segurança desta Casa Legislativa, que, na época era presidida pela Ver.^a Fernanda Melchionna, ao fazer o lançamento do Mapa dos Direitos Humanos da Segurança de Porto Alegre, foi convidado para participar do evento o Juiz Sidinei Brzusca. Os elementos e dados que ele trouxe até esse momento foram extremamente impactantes, principalmente para mim, que não tinha conhecimento do que se passa, muitas vezes, no Presídio Central de Porto Alegre. O que me chamou bastante atenção e, de certa forma, me assustou e envergonhou, foi o fato de que o Juiz trouxe até o debate a questão da escolarização dos detentos. Citou ele que a maior parte daqueles que cumpriam pena no Presídio Central eram evadidos das nossas escolas, o que me chocou bastante. O juiz informou que a maioria eram egressos até a 6ª série do ensino fundamental – 6ª série. Ele ainda trouxe um dado estatístico mais relevante: que a cada ano de permanência nas escolas, a chance de o indivíduo ingressar na vida criminal teria uma significativa redução. Como professor de formação e há 17 anos trabalhando nesse ofício, em diferentes escolas nesta Cidade e de outras, me chama atenção que nunca houve uma atenção delicada por parte dos governos, mas sim por parte de pessoas isoladas. Trago aqui, nesta tribuna, o nome de Darcy Ribeiro, um indivíduo que, na década de 1990, trazia ao debate na sociedade o fato de que se não construíssemos mais escolas – e eu já complemento a fala dele dizendo se não aperfeiçoarmos as nossas escolas, os nossos procedimentos pedagógicos e os equipamentos nas escolas deste Brasil –, o visionário Darcy Ribeiro dizia que faltariam vagas nos nossos presídios e cadeias. Olha a situação em que nos encontramos atualmente, é terrível: condições desumanas, o Judiciário e a Polícia fazem o possível para tentar buscar pessoas e para que elas paguem pelos crimes que cometeram, mas é impossível fazer isso. Faltam escolas, e as poucas escolas que nós temos estão ameaçadas, porque os governos acreditam que educação implica gastos, que a área da educação gera custo para os entes públicos. Não é custo, é investimento; investimento a longo prazo e a fundo perdido na sociedade brasileira, no futuro da sociedade que nós precisamos e merecemos, e, pelo visto, dado o encaminhamento feito por todos os governos que se sucederam à fala de Darcy Ribeiro, é isso o que nós temos atualmente, para a nossa grande infelicidade. Portanto, trago a esta tribuna a reflexão deste momento terrível que vivemos e o descaso histórico com relação à educação no nosso País. Grandes nações conseguiram sair de uma realidade de extrema precariedade e se desenvolveram investindo pesadamente em educação – um dos exemplos mais emblemáticos é a Coreia do Sul.

Para finalizar, Ver. Rodrigo Maroni, que preside a nossa Sessão no momento, nós não conseguiremos reverter essa dura realidade em que nos encontramos se não for através da educação, através da cultura e através do esporte. Precisamos dar

para as nossas crianças perspectivas de futuro; sem perspectivas, o indivíduo é seduzido facilmente pela criminalidade. O futuro não tem um horizonte bom para todos nós.

Uma boa tarde e parabéns, mais uma vez, por trazer até a Câmara de Vereadores de Porto Alegre este assunto tão delicado e tão mal discutido na atualidade. Parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Prof. Alex Fraga reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): O Sr. Jorge Luiz de Oliveira Gomes está com a palavra para as considerações finais.

O SR. JORGE LUIZ DE OLIVEIRA GOMES: Obrigado pela oportunidade de mais uma vez estar aqui falando com vocês. Eu peço desculpa se eu não pude esclarecer bem o assunto, porque eu tive pouco tempo lá dentro, foram só 20 anos. Eu entrei na Brigada na década de 1980, com a 5ª série primária, e entrei preso em 1994, ainda com a 5ª série primária. Eu, estudando sozinho, completei o 1º grau; completei o 2º grau; fiz as provas do ENEM; e, quando saí da prisão, fui cursar direito na UniRitter, mas, financeiramente, não deu para manter, eu tive que trancar a matrícula. Não é fácil! Hoje em dia, com trabalho e tudo mais, não é fácil manter uma faculdade, ainda mais para quem saiu da cadeia. Essa reinserção social, devo muito às amizades que tenho, ao meu amigo Maroni e aos outros que me deram oportunidade. Eu trabalhei para a Juliana Brizola. Eu tive essa oposição de que o “preso bom é preso morto”. Entrou bastante gente importante na minha galeria em que eu era prefeito. Fernando Záchia, Belfrão, que são meus amigos hoje, me atendem no gabinete deles, conversam comigo. E esses homens até hoje não tiveram culpa formalizada pela Justiça. Também deveriam estar mortos? Talvez, não sei. Mas acho que a morte lá dentro é uma coisa horrível, a gente sabe, mas é um direito que o homem conquista. Dependendo das atitudes e da situação que ele se envolve lá dentro, ele não vai sair vivo. Aliás, eu tenho uma tese: todo homem que passa cinco anos lá dentro, ele nunca mais sai, ele morre lá dentro, porque sai de lá pior. Eu fiz amizade com o Záchia, Belfrão, com o pessoal da Portocredi, com alguns delegados, como o Delegado Araújo que esteve preso também. Fui amigo do Melara, do Papagaio e do Dedão. Minha mulher ficou muito braba comigo, quando esses dias eu coloquei no Face que não interessa se eu vou para o céu ou para o inferno, eu tenho amigos em ambos os lados, aonde eu chegar, vou chegar bem.

Agradeço a todos a atenção, a paciência que tiveram comigo. Para mim é um prazer trazer esse assunto e esclarecer da melhor forma possível. Se alguém tiver alguma pergunta, estou à disposição para responder. Se não tiverem, dou por encerrada a minha participação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): Muito obrigado, Sr. Jorge Luiz de Oliveira Gomes. Suspendo os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h11min.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga – às 17h12min): Estão reabertos os trabalhos. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, mais uma vez parablenho o orador por sua história de vida, pelas lições de vida, em nome do Partido dos Trabalhadores. Chamar esse tema tão complexo e trazer uma visão corajosa. Mas quero, também fazer aqui uma denúncia porque nós já estamos debatendo nesta Casa, estamos ouvindo e ouvimos o balanço dos 100 dias do Prefeito Marchezan, e a Carris, que é uma das empresas públicas que tem recebido críticas, tem recebido anúncio de que será privatizada. Nós dissemos e afirmamos, no nosso relatório dos 100 dias da bancada do PT, que tanto a Carris quanto o Mercado Público tem a mesma recepção, o mesmo tratamento de deixar quebrar, de incompetência de gestão, de não se fazer um diagnóstico, de não ouvir os funcionários, no caso da Carris; de não ouvir os permissionários, no caso do Mercado Público, para que fique cada vez pior, cada vez mais ingovernável e aí se apresente a alternativa da privatização. (Procede-se à apresentação em vídeo.) Aqui vocês estão vendo a notícia que recebi de que 16 ônibus articulados da Carris estão quebrados e não podem rodar na cidade de Porto Alegre. São 16 ônibus, neste momento, Ver. Prof. Alex Fraga. E aqui vocês veem as partes que faltam. A afirmação é de que não há fornecedor de peças porque a Carris não está pagando os fornecedores, portanto se aprofunda a crise ao tomar essa decisão de não pagar fornecedores. Não tendo peças para reposição, não tem como competir, como cumprir horário e tabelas, não tem como levar a população e, assim, a crise da Carris se aprofunda porque isso diminui a receita. Não há, na Carris, sequer pneus, Ver. Dr. Goulart, para remontagem das rodas. Ali deve aparecer uma cena das rodas, os pneus retirados. Tem uma outra que aparece as rodas esperando para serem reconstruídas, recolocadas, mas a Carris não tem sequer pneus para recolocar. Nós já afirmamos aqui que já houve várias mudanças na direção da Carris; tem uma direção interina e nos surpreende de que não se ouve um anúncio de reestruturação, Ver. Aldeli Sell, de diálogo com os funcionários para ver como vamos otimizar; só se ouve anúncios de que vamos privatizar. Nós afirmamos no nosso balanço crítico desses cem dias do Governo Marchezan que, de um lado, o Prefeito não mostra competência de gestão propositalmente. A Carris é o que nós dissemos, o Mercado Público 30% segue sem utilização de espaços, não há solução ainda para os serviços, para a dívida dos permissionários, que é uma dívida por interrupção de gestão, de lógica de gestão, não há uma agilização da obra, e aí se diz que o problema do Mercado Público é que não abre no domingo. Como vai abrir domingo se não é um shopping, se não tem segurança, é de portas abertas, e o centro da cidade é abandonado? Então, construa com os

permissionários alternativas e eles vão responder com muito gosto. No DMLU, de novo, não há mostra de competência de gestão. Hoje, pela manhã, como Frente Parlamentar, estivemos na Restinga, a capina e a roçada não chegaram na Restinga. O campo que é utilizado, por exemplo, para o futebol americano, nós temos competições de futebol americano junto ao Centro Comunitário da Restinga, e o mato está alto, impossível de utilizar, a comunidade está cortando a grama, nem para recolher os montes de grama, nós temos serviço público. Nós tivemos a retirada de três funcionários do Centro Comunitário da Restinga, nos Cecores, os três funcionários terceirizados, o mato cresce alto, a comunidade se organizou, comprou galões de tinta, não tem que pinte aquele ginásio, repinte as quadras. Então, a comunidade faz a sua parte, e o Governo, mesmo com recontração agora em abril, janeiro e fevereiro não teve contrato de capina, o Governo não comparece na periferia, nos seus próprios equipamentos públicos. Se de um lado, aprofunda a crise para mostrar que a Prefeitura está quebrada, de outro lado, intervém de maneira autoritária e irresponsável, sem conhecimento na educação. Coloca a educação inteira em crise, numa proposta, numa exigência de rotina que não é possível fazer. Ontem, a Comissão de Educação esteve na Escola Mario Quintana, na Restinga, passamos a tarde inteira e os relatos que tivemos de tiroteio ao lado da escola durante o dia, de incêndio, de violência. A escola, ao contrário do que o Prefeito diz, é um baluarte contra a violência, mas as mães estavam lá para falar para o Ver. Tarciso, para o Ver. Alvoni, para mim e para os Vereadores representados que essa rotina elas não aceitam; deixar as crianças sozinhas para lanche, para almoçar a comunidade não aceita. De outro lado, faz intervenções desastrosas no esporte, na educação e mente sobre os números. Os números estão maquiados, são artificiais, não dá para dizer que, num ano, têm que se pagar os precatórios de cinco ou dez anos, por exemplo. Nós afirmamos que há uma produção de crise em Porto Alegre, e essa produção é para privatizar, nós não aceitamos. Olha aí a Carris: há uma incompetência proposital de gestão. Não vamos aceitar como solução terminar com o serviço público.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Ver. Alex, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores; eu quero trazer aqui uma preocupação em nome das nossas bancadas de oposição acerca da questão da falta de troco, para a gente resolver o problema das passagens de R\$ 4,05. Eu quero lembrar que existe uma lei, os mais antigos lembram bem, a Lei nº 6.075, a Lei do Troco. O que diz a Lei do Troco? Diz, no seu art. 1º, que, em não tendo troco para 20 vezes o preço, a pessoa é exonerada do pagamento. Ou seja, no caso dos ônibus, R\$ 50, um pouco mais, mas, como não tem nota de R\$ 80, o máximo é R\$ 50. Então, minha senhora e meu senhor, o senhor entrou no ônibus... Claro, não vale provocação, é real. Às vezes, você tem R\$ 50 no bolso, é o

único dinheiro que você tem. Se não tiver troco, o senhor se desobriga de pagar, a senhora se desobriga de pagar. No lotação, são R\$ 100. Esta é a Lei do Troco, não precisa nem alegar a desobediência civil do Thoreau, do Gandhi, dos grandes mestres do humanismo, não! É a lei mesmo. O Ver. Pujol estava aqui na Câmara, quando se discutiu e se aprovou essa questão. Não é invencionice! Lei nº 6.075, a Lei do Troco, ou seja, as pessoas que estão de cobrador não podem ser cobradas sobre essa questão, Alex. Quem tem que ser cobrado sobre essa questão são os donos das empresas. “Ah, mas se Casa da Moeda não faz tantas moedinhas de R\$ 0,05, R\$ 0,10, R\$ 0,25, R\$ 0,50 e R\$ 1,00 não é um problema nosso, é um problema que as empresas têm que resolver!” Essa história de botar R\$ 4,05 é de uma inteligência impressionante! Claro que no fim do dia esses R\$ 0,05 dão uma babilônia de dinheiro, agora, para o usuário é uma desgraça, para o cobrador, uma tortura. “Ah, a maioria tem Tri”. Trilegal para quem tem Tri, mas péssimo para quem está, inclusive, na informalidade, desempregado...

Então, convenhamos, nós temos que resolver essa questão, e eu tenho a convicção que não apenas as nossas bancadas do PT e do PSOL têm essa preocupação, porque o que as pessoas têm nos contatado nos últimos dias, pessoas das mais variadas posições na sociedade se queixando tanto dos ônibus quanto dos lotações. Existe lei em Porto Alegre: a Lei do Troco existe, ela é a Lei nº 6.075, ela deve ser respeitada. Portanto, ATP e ATL deem um jeito para que os cobradores tenham troco e não sejam humilhados e as pessoas sejam respeitadas. O que vale é a lei. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): Obrigado, Ver. Adeli Sell. A Lei do Troco é de autoria do nosso querido Pedro Ruas.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, antes de mais nada, meus cumprimentos à V. exa., pois é a primeira oportunidade em que eu me dirijo ao plenário da Casa com V. Exa. presidindo os trabalhos. De outro lado, eu quero fazer um registro na medida em que não pude estar presente hoje no início dos trabalhos quando houve a inversão da Pauta, colocando-se em primeiro lugar a análise, a discussão preliminar dos vários assuntos que temos na Pauta. Entre os quais, consta em 2ª Sessão, que é de meu interesse direto, porque trata-se de uma homenagem ao Movimento Tradicionalista Gaúcha, que já deveria ter sido concretizado no ano passado, e que, por conflitos burocráticos, deixou de ser realizar. Ele surgiu à distinção ao MTG com a Comenda Glauco Saraiva, exatamente no ano do seu cinquentenário. Deixou de ocorrer no ano passado, houve discussões em torno de que a proposta poderia ser considerada um *bis in idem* na ocasião em virtude de que um projeto do ano anterior havia produzido efeito no ano efetivo em que se realizavam os trabalhos, e isso fez com que essa homenagem fosse protelada. Depois, de muita discussão, logo agora no início do mês de abril, finalmente houve o entendimento dos equívocos que haviam sido cometidos no passado, e não vislumbrando nenhuma forma

de corrigi-los, e não querendo que dois erros pudessem produzir um erro maior, não quis insistir no processo, abri mão daquele processo anterior, fiquei com o projeto atual, que inicia a sua regular tramitação, e eu tenho absoluta certeza de que brevemente a Casa estará consolidando essa nossa iniciativa por sua justiça e por seu mérito.

Aproveito a oportunidade e me manifesto também sobre o pronunciamento do Ver. Adeli Sell a respeito da Lei do Troco, lei muito antiga aqui na Cidade, e que agora toma outros contornos. A medida surgia porque não podia haver a negativa de se dar o troco em função do tamanho da nota ou da moeda oferecida e do valor cobrado pela passagem. Hoje o problema é existencial dessa ficção que hoje é o centavo dentro da economia nacional. O que é R\$ 0,01 dentro da economia nacional, Vereador? Claro que, no conjunto, milhões de centavos representam um valor expressivo. Agora um centavo, individualmente, nada representa. Hoje o custo de se produzir uma moeda de um centavo torna completamente impossível que isso ocorra; cinco centavos já é uma dificuldade, mas é uma raridade que, enquanto não se modificar a lei, de uma forma ou de outra, tem que se encontrar um meio de, em respeito à lei, que poderá obviamente receber algum tipo de adaptação nos tempos atuais, mas, enquanto isso não ocorrer, a lei tem que ser respeitada como todas as leis têm que ser respeitadas. E essa, consagrada ao longo do tempo, não aplaca... E aqui a minha homenagem ao nosso ex-colega Pedro Ruas, que foi o proponente da lei, que durou dois ou três anos para ser aprovada, afinal aprovada, consagrada, posta em prática, até hoje vigente, e que agora tem esse controle especial. A Casa da Moeda, o Banco Central têm que dar condição ao sistema de transporte coletivo de Porto Alegre prestigiar esse troco moído, porque o restante naturalmente terá de ser cumprido, a nota de R\$ 50,00, no caso do ônibus, porque é até 20 vezes o valor da passagem; e nota de R\$ 100,00, nas lotações, onde o troco fica facilitado. Uma vez que o preço da lotação é R\$ 6,00, duas notas de R\$ 2,00, em R\$ 10,00, são o troco necessário – e aí segue a regra natural das coisas.

Lei existente tem que ser respeitada, pode e deve, em determinadas circunstâncias, ser ajustada e, em alguns casos, até revogada, mas, enquanto existir, é obrigação do Estado de Direito Democrático o respeito às leis. Por isso me somo ao parecer e à posição do Ver. Adeli Sell sob esse aspecto. Há que se dar condições objetivas para o cumprimento da lei do troco no sistema de transporte coletivo da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h30min.)

* * * * *